

**Universidade do Estado da Bahia -
UNEB Curso de Bacharelado em
Urbanismo**

Leonardo de Souza Polli

**PINHEIRINHO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DA LUTA POR MORADIA A
BARBÁRIE DO CAPITAL.**

Salvador

2012

Leonardo de Souza Polli

**PINHEIRINHO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DA LUTA POR MORADIA A
BARBÁRIE DO CAPITAL.**

Trabalho de conclusão de graduação,
orientado pela Prof^a Débora Nunes,
apresentado na disciplina Seminário
Monográfico objetivando o grau de Bacharel
em Urbanismo pela Universidade do Estado
da Bahia.

Salvador

2012



FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB

Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde – CRB 5/1109

Polli, Leonardo de Souza

Pinheirinho, São José dos Campos: da luta por moradia a barbarie do capital /
Leonardo de Souza Polli. – Salvador, 2012.

65 f. il.

Orientadora: Débora Nunes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. 2012.

Contém referências e anexos

1. Moradia - Aspectos sociais. 2. Política habitacional. 3. Direito à moradia . 4.
Ação de reintegração de posse - Pinheirinho- São José dos Campos (SP) I. Nunes,
Débora. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Exatas
e da Terra.

Leonardo de Souza Polli

**PINHEIRINHO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DA LUTA POR MORADIA A
BARBÁRIE DO CAPITAL.**

Monografia aprovada como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em
Urbanismo, Universidade do Estado da
Bahia.

Salvador, 17 de Novembro de 2012

Prof. DRT. Débora Nunes

Prof. DRT. Maria Teresa Gomes do Espírito Santo

Prof. DRT. Marcelo

De maneira geral, esse trabalho de conclusão de curso é dedicado a todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária e que, assim como eu, entendem a centralidade de se romper com a estrutura social, econômica e política do sistema capitalista, que se baseia na exploração e na opressão dos trabalhadores e dos jovens do Brasil e do mundo.

Dedico esse trabalho especificamente àqueles homens e mulheres do Pinheirinho que se muniram de escudos improvisados, porretes artesanais, palavras de ordem e principalmente de sentimento revolucionário nos corações para defender suas casas contra as tropas do Estado Burguês. Moradores do Pinheirinho, sua luta jamais será em vão!

Resumo

O dia 22 de janeiro de 2012 será sempre lembrado como um dia marcante para a história da luta de classes por conta do massacre que aconteceu na ocupação do Pinheirinho, na cidade de São José dos Campos (SP) promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, ordenado pelo Governo do Estado, a partir de uma ação de reintegração de posse movida por um “bandido do colarinho branco” e deferido pela Justiça do Estado. Cerca de nove mil pessoas ocupavam o terreno desde 2004, e ali estabeleceram uma verdadeira comunidade de proporções físicas, demográficas e políticas gigantescas. Esse trabalho é dedicado exclusivamente na tentativa de buscar destacar os reais elementos que geraram e continua gerando ao longo da história problemas em relação ao acesso a moradia no país, culminando na existência de ocupações urbanas. Nesse trabalho também houve uma busca por tentar entender sobre o porquê no caso do Pinheirinho, que foi a maior ocupação urbana da América Latina, os moradores foram brutalmente massacrados, as casas destruídas, o terreno reintegrado, tudo isso mesmo diante de uma atual conjuntura parcialmente favorável às ocupações urbanas. Por que foi diferente no Pinheirinho?

Palavras-chave: Políticas habitacionais; Capitalismo; Ocupações Urbanas; Ocupação do Pinheirinho; São José dos Campos.

Abstract

The January 22, 2012 will always be remembered as a significant day in the history of struggle between social classes because of the massacre that happened in the Pinheirinho occupation, in Sao Jose dos Campos (SP), sponsored by the Military Police of São Paulo State, ordered by the State Government, from an action of repossession driven by a "white-collar crook" and deferred by the courts of the State. About nine thousand people occupied the land since 2004, and there established a true community with huge proportions physical, demographic and political. This work is dedicated in trying to get the real highlight elements that have generated historic problems in relation to housing access in the country, culminating in the existence of urban occupations, besides understand why the case of Pinheirinho, which was the largest urban settlement in Latin America, was brutally slain in front of a partially favorable juncture to urban occupations. Why was different in Pinheirinho?

Keywords: housing policies; Capitalism; Urban Occupations; Pinheirinho Occupation, Sao Jose dos Campos.

Sumário

1. Introdução.....	9
1.1 Tema.....	10
1.2 Problema.....	10
1.3 Justificativa	10
1.4 Objetivo geral	11
1.5 Objetivos específicos	11
1.6 Metodologia.....	12
1.7 Referencial teórico preliminar.....	12
2. Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito: as lutas sociais por moradia surgem como um reflexo também das ineficientes políticas públicas para os setores mais pobres da sociedade brasileira.	21
2.1 A herança das ineficientes políticas habitacionais brasileiras do século XX.	24
2.2 O Estatuto da Cidade e o programa Minha Casa, Minha Vida: Algo está mudando?.....	32
3. Ocupar, organizar e resistir: o caso de São José dos Campos.	36
3.1 A história da maior ocupação urbana da América Latina e o papel que cumpriu a justiça brasileira no caso do Pinheirinho.	43
3.2 O massacre: o dia em que um gigante sucumbiu.....	52
3.3 Da maior ocupação urbana da América Latina à dispersão.....	55
4. As respostas do porque foi diferente no Pinheirinho.	56
5. Referências	61
6. ANEXOS	64

1. Introdução.

O objetivo deste trabalho monográfico é o de fomentar a discussão sobre a habitação de interesse popular, assunto de fundamental importância para o profissional Urbanista, e tema de inúmeras avaliações e análises, sejam no meio acadêmico, sejam na sociedade de maneira geral. Para tal objetivo, foi feito um estudo de caso sobre a ocupação popular da comunidade do Pinheirinho, localizada na Cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo. O surgimento da ocupação do Pinheirinho se deu a partir da combinação de dois elementos: o primeiro são as péssimas condições de vida e de sobrevivência que são impostas pelo sistema capitalista a uma série de homens e mulheres que ou são mal assalariados ou, em muitos casos, ficam a margem do mercado de trabalho; o segundo elemento é o resultado de um século de políticas públicas no campo da habitação ineficientes e até então insuficientes por parte dos governos brasileiros. Foi essa combinação que levou cerca de trezentas famílias a ocupar um terreno de mais de um milhão de metros quadrados na cidade de São José no ano de 2004. Esse terreno era até então ocioso e legalmente passivo de expropriação pública para se garantir a sua função social. Ao longo de quase oito anos de ocupação, essas famílias se multiplicaram, construindo assim a maior ocupação urbana da América Latina, aglutinando cerca de duas mil famílias e mais de nove mil moradores. Todavia, essa gigante ocupação sucumbiu de maneira bárbara em janeiro de 2012 diante de uma fratricida luta fundiária, onde a influência política, econômica e jurídica do proprietário do terreno, o mega especulador Naji Nahas, derrotou milhares de famílias e moradores. O pensamento mais artesanal, ou menos científico, seria capaz de concluir que mais uma vez no Brasil a força, o poder e os interesses de poucas pessoas ricas prevalecem em relação ao sonho, a luta e as necessidades básicas de milhares de pobres. Esse pensamento na verdade tenta expressar o quanto o país é injusto, segregado e desigual, ou cientificamente falando, dividido em classes sociais diferentes, uma exploradora da outra. Apesar da lenta transformação que o país vem tendo nos últimos anos no campo da habitação e do crescente número de movimentos populares beneficiados pelo registro de posse de terrenos ocupados, é fundamental entender o porquê foi diferente no Pinheirinho. Descrever esse caso e buscar as reais conclusões do processo de ocupação e desocupação do terreno dessa ocupação urbana contribuirá para

demonstrar o quanto as políticas públicas no campo da habitação ainda seguem subordinadas a um sistema injusto e desigual.

1.1 Tema

A violenta desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos (SP) causou um grande impacto no Brasil e no mundo. É preciso entender o que está por trás deste episódio, e quais foram os reais motivos para se massacrar a experiência da ocupação do Pinheirinho.

1.2 Problema

A luta por direitos democráticos e elementares é uma marca comum entre todas as épocas históricas da humanidade. Muito se lutou por acesso a cultura, lazer, descanso, status social e fundamentalmente o direito a um terreno e a uma moradia. No campo da moradia, pode-se obviamente concluir que as ocupações urbanas são resultantes de um processo de urbanização da sociedade moderna, associados a um sistema desigual e antagônico entre as classes. Milhares de pessoas se veem constantemente obrigadas a ocupar áreas urbanas e rurais em busca de um direito basilar, o de acesso à moradia. O Estado tem por função garantir esse direito, porém, no Brasil, os atuais problemas no campo da habitação são também resultado das ineficientes políticas e programas públicos por parte dos governos. Em que pese que a história recente do país venha demonstrando que os setores mais desfavorecidos da sociedade estão conquistando cada vez mais o acesso à moradia, um caso chamou a atenção do mundo pela sua peculiaridade, o caso do Pinheirinho. O problema dessa monografia é a busca por tentar analisar os reais motivos que levam diversas famílias a lutarem por moradia no Brasil, e o porquê o desfecho do Pinheirinho foi diferente diante da atual conjuntura nacional.

1.3 Justificativa

A escolha do tema para esse trabalho monográfico pode ser justificado por uma série de motivos. A primeira justificativa é sobre a importância de fomentar no meio acadêmico o debate sobre os reais problemas a respeito do acesso a moradia,

questões relacionadas à função social da propriedade, e as tarefas que as instituições do Estado e os representantes dos governos brasileiros cumprem em relação a essa questão.

Outra justificativa para a escolha do tema é a relação que o autor possui com os movimentos sociais, e a sensibilidade em se somar à luta travada pelos moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos. É necessário retratar o que foi a experiência da maior ocupação urbana da América Latina, e sobre o papel que diversas esferas do poder público cumpriram no processo de desocupação do terreno.

De maneira secundária, mas não menos importante, pode se justificar a escolha desse tema pela necessidade que se tem de ajudar no processo de conscientização dos movimentos sociais e dos profissionais urbanistas que necessariamente vão precisar se capacitar para lidar com processos e conflitos similares ou próximos ao caso do Pinheirinho.

1.4 Objetivo geral

O objetivo desta monografia consiste na necessidade de se produzir um material científico que busque analisar os reais motivos que levam milhares de pessoas a lutarem por moradia no Brasil, exemplificando com um caso peculiar que foi o da ocupação do Pinheirinho, descrevendo esse caso, discutindo seu contexto e buscando compreender os resultados.

1.5 Objetivos específicos

Debater sobre a ineficiência dos Governos brasileiros em solucionar o problema histórico do acesso à moradia no Brasil, apresentando o caso do Pinheirinho como sendo mais uma história que serve como reflexo dessa ineficiência. Outro objetivo específico é o de ampliar o debate sobre a barbárie que foi o processo de desapropriação do terreno do Pinheirinho, buscando-se extrair os elementos centrais desse processo, para se chegar a conclusões que sirvam para fomentar o debate sobre os problemas relacionados à habitação no Brasil.

1.6 Metodologia

A metodologia utilizada nesse trabalho é a de caráter descritivo da realidade, seguido de uma profunda análise dos resultados obtidos. Para tal, fez-se necessário inicialmente se fazer um levantamento bibliográfico a respeito da teoria científica envolvida no tema geral, buscando-se assim compreender os reais motivos que geram o problema da monografia.

Todavia, todo o conteúdo desse trabalho monográfico serve para sustentar e apoiar um estudo de caso. Nesse estudo parcial da realidade, buscou-se fazer um levantamento jornalístico e investigativo da história de quase oito anos da ocupação do Pinheirinho, utilizando para tal uma visita ao local, dias após a desocupação e entrevista com moradores e lideranças do movimento. Para melhor ilustrar o caráter descritivo do caso, foi necessário também recorrer às publicações da imprensa oficial brasileira sobre o tema, bem como a da imprensa dos movimentos sociais atuantes na comunidade.

Outro método desenvolvido para a realização desse trabalho foi o de levantar a jurisprudência e a legislação brasileira envolvida na questão da regularização fundiária e da função social da propriedade, bem como, da batalha jurídica entre os moradores da comunidade do Pinheirinho e os proprietários do terreno.

Por fim, fez-se necessário consolidar todo o trabalho desenvolvido seguindo as normas técnicas de escrita e formatação formalizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.7 Referencial teórico preliminar

O tema dessa monografia necessariamente requer a busca e a investigação de várias teorias científicas para poder embasar os entendimentos sobre o que aconteceu no caso do Pinheirinho. A fundamentação teórica basilar dessa monografia é a respeito da compreensão do que é o Estado e as classes sociais no sistema capitalista, bem como o conhecimento sobre como o capitalismo se reproduz na sociedade. Todavia, fez-se necessário também referenciar esse trabalho em vários estudos científicos sobre a questão do que é o espaço urbano, especialmente no Brasil.

Em 1847, o intelectual alemão Karl Marx¹ redigiu junto com o também intelectual alemão Friedrich Engels² “O Manifesto do Partido Comunista³”, esse que foi o primeiro esboço da teoria revolucionária que, mais tarde, seria chamada de marxismo ou materialismo histórico. Em resumo, nesse texto, Marx e Engels explicam e afirmam que “a história da humanidade é a história da luta de classes”, além de obviamente convocarem o proletariado à luta pelo socialismo.

Nenhuma afirmação poderia ser tão verdadeira para explicar o motivo pelo qual a humanidade passou por tantas experiências organizativas. De fato a história das sociedades é marcada pelos resultados das interações políticas, econômicas e sociais de determinada época, mediadas sempre pela disputa entre classes antagônicas.

“Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que termina sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta”. (MARX, 1848)

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. Entretanto, a atual época, a época imperialista, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. “A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em

¹ Marx, Karl Heinrich (1818 - 1883) foi um intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna, que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista. Em uma pesquisa realizada pela Radio 4 da BBC, em 2005, foi eleito o maior filósofo de todos os tempos.

² Engels, Friedrich (1820 – 1895) foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o *Manifesto Comunista*. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de *O Capital*, principal obra de seu amigo e colaborador.

³ O Manifesto Comunista, originalmente denominado Manifesto do Partido Comunista, publicado pela primeira vez em 21 de Fevereiro de 1848, é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial. Comissionado pela Liga dos Comunistas e escrito pelos teóricos fundadores do socialismo científico Karl Marx e Friedrich Engels, expressa o programa e propósitos da Liga.

duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado⁴. (LÊNIN, 1917).

A burguesia⁵ surgiu na Idade Média, especificamente na Europa, e eram, em geral, comerciantes de roupas, joias e especiarias. Segundo alguns historiadores, a burguesia recebeu esse nome, pois moravam nos burgos, que eram cidades afastadas e protegidas por um muro. Todavia, a estrutura social e econômica da Idade Média já não mais acompanhava o desenvolvimento das forças produtivas, por isso era necessária que uma classe social, que fosse de fato o setor progressivo da sociedade protagonizasse um processo revolucionário naquele período, essa classe, foi à burguesia.

MORENO⁶ (1984) resume melhor o que isso significa quando afirma que:

“(...) a lei fundamental que move a espécie humana é o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o avanço da capacidade humana de explorar, cada vez mais e melhor, a natureza, através das ferramentas e da tecnologia, melhorando continuamente as condições de vida da humanidade. (...) Esse desenvolvimento das forças produtivas, quando chega a um determinado ponto, choca-se com a estrutura social existente, ou seja, com as classes em que a sociedade está dividida nesse momento e com as relações entre elas. Choca-se também com a superestrutura dessa sociedade, com o estado que se encarrega de manter igual à estrutura de classes, mantendo o domínio e a opressão da classe exploradora sobre a classe exploradora”.

A história da sociedade é a história da luta de classes e, em por inúmeras situações, dependendo sempre do avançar das forças produtivas, uma classe, geralmente explorada ou de ações limitadas, se colocará como o setor progressivo em uma determinada época histórica, abrindo assim um período revolucionário.

⁴ Lenin, V. I. O Estado e a revolução. São Paulo: Ed. Sundermann, 2005.

⁵ Segundo a teoria marxista, a burguesia é a classe social que detém a propriedade privada dos meios de produção, ou seja, que é dona das fábricas, terras, bancos etc. Vale ressaltar aqui que propriedade privada é um termo completamente distinto da propriedade pessoal. Ou seja, ter bens pessoais, dinheiro, etc. não é a mesma coisa que ser um burguês.

⁶ Moreno, Nahuel. As Épocas e Etapas da Luta de Classes. As Revoluções do Século XX, Editora Sundermann, São Paulo, 2006.

Foi dessa forma, que as revoluções burguesas do final do século XVIII e início do século XIX cumpriram um papel essencial no desenvolvimento da sociedade. Foi fundamental para o curso da história ter rompido com a estrutura feudal de produção e organização social. Uma estrutura de feudos, dividida entre servos e senhores feudais, isolados de qualquer relação social ou econômica, eram um verdadeiro atraso ao desenvolvimento da sociedade. A única classe capaz de se organizar e superar essa época feudal era a burguesia, essa era a sua tarefa, e assim, o fez. “Mas para isso, precisavam liquidar os senhores feudais e o Estado que os defendia.” (MORENO, 1984).

Todavia, para se concluir essa tarefa histórica, a burguesia teve que “gerar” uma nova classe. Uma classe que fosse fundamental para o seu desenvolvimento e para dar base a acumulação e a circulação do capital, essa que é a primeira contradição histórica do sistema capitalista, pois, o algoz histórico da burguesia nasce a partir das necessidades da mesma, o proletariado.

“(…) para poder avançar na produção capitalista, que era um enorme salto revolucionário no desenvolvimento das forças produtivas, em comparação à produção feudal, a nova classe progressiva, a burguesia, precisava destruir as classes e as relações fundamentais da sociedade, e impor como base da sociedade as novas classes com suas novas relações: a burguesia e o proletariado. Se não tivessem conseguido tal coisa, as forças produtivas da humanidade teriam parado, estancado, porque nunca se chegaria à grande indústria se não houvesse um grande mercado nacional e uma enorme massa de trabalhadores livre para servir como mão-de-obra.” (MORENO, 1984)

Historicamente o proletariado é antagônico à burguesia. Para o marxismo, essa classe social possui unicamente a força de trabalho como propriedade, essa propriedade é vendida para o burguês em troca de um salário. Mas, segundo MARX (1848), o proletariado produz algo a partir da natureza, enquanto que o trabalhador pode apenas oferecer algo já produzido, o que diferencia o significado entre ambos.

Hoje, a sociedade se divide entre burgueses e proletários, mas antes se dividiam entre senhores feudais e servos, e assim por diante. Mas nem sempre a sociedade

se dividiu em classes sociais, essa divisão entre ricos e pobres, explorados e oprimidos, não é algo natural ou divino como algumas instituições pregam⁷.

Os primeiros grupos humanos, que surgiram na Terra há cerca de um milhão de anos, viviam em coletividades comunistas, onde todos trabalhavam e todos consumiam coletivamente os produtos do trabalho. As sociedades divididas em classes sociais inimigas só existem há cerca de quatro mil anos, FELIPPE (2004)⁸.

Se, assim como no passado, o desenvolvimento das forças produtivas gerou o surgimento das sociedades divididas em classes, nos dias de hoje ele torna possível o seu fim. Hoje, as enormes forças produtivas acumuladas pela sociedade capitalista são capazes de atender as necessidades vitais do conjunto da humanidade. Isto só não acontece porque a produção coletiva feita pela classe trabalhadora é apoderada por uma minoria de burgueses que controla o sistema produtivo mundial a serviço do lucro e não a serviço das necessidades humanas.

Quando se entende essa lógica do sistema capitalista, é possível se perceber a limitação que se tem em resolver questões democráticas para a população como um todo. No sistema capitalista não é possível se ter pleno emprego para todos, nem tão pouco ser disponibilizado o acesso universal a saúde, a educação, a alimentação e, a respeito do tema desse trabalho, à habitação.

Ao chegar a essa conclusão, e antes de se aprofundar no tema da habitação e do caso da ocupação do Pinheirinho, fez-se necessário compreender preliminarmente o que sustentou as classes dominantes ao longo da história, e junto com essas classes, diversos sistemas econômicos, sociais e políticos extremamente desiguais e opressores. A resposta está na definição mais precisa sobre o Estado, o caráter do mesmo e a quem serve suas instituições.

⁷ Algumas instituições, como as instituições religiosas a exemplo da Igreja Católica, afirmam que a divisão entre ricos e pobres é uma escolha divina, entre os que são merecedores e os que precisam se esforçar e rogar sempre por Deus para que sua vida melhore.

⁸ Felipe, Wilian. Origem e fim das classes sociais. Jornal Opinião Socialista, edição nº172, PSTU, São Paulo, 2004.

Marx trabalha a concepção de Estado nas críticas a Hegel⁹, nas teorias sobre sociedade e revolução presentes no “manifesto comunista” (1848), e “Sobre a Comuna de Paris¹⁰” (1871). Engels em “a Origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1884) e Lênin em “Estado e Revolução” (1917). Essas obras formam os fundamentos marxistas sobre a teoria do Estado, e são nesse sentido que as contribuições no campo do marxismo se fazem mais importantes para esse trabalho.

O Estado compreende dois aspectos distintos analiticamente e situados em níveis diferentes de abstração. O Estado é de um ponto de vista mais geral e abstrato, uma estrutura de poder que concentra, resume e põe em movimento a força política da classe dominante. Essa é, em resumo, a essência de toda concepção marxista sobre o Estado, sintetizada com notável clareza na conhecida fórmula do Manifesto Comunista (1848): "O executivo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os assuntos comuns de toda burguesia". O próprio Engels (1884) expressou a mesma ideia numa passagem igualmente célebre: "A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada".

A teoria marxista da política implica, portanto, numa rejeição categórica de uma determinada concepção segundo a qual o Estado seria o agente da "sociedade como um todo" e do "interesse nacional". Resumindo a sua análise, diz Engels (1884):

"O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Idéia moral", "a imagem e a realidade da Razão como pretende Hegel". É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses

⁹Hegel, Georg W. Friedrich (1770 - 1831) foi um filósofo alemão. Hegel foi um dos criadores do idealismo alemão, o que foi, de fato, um importante precursor da Filosofia continental e do marxismo.

¹⁰ A Comuna de Paris foi o primeiro governo operário da história, fundado em 1871 na capital francesa por ocasião da resistência popular diante da invasão por parte do Reino da Prússia.

econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado".

Sobre o tema, Engels (1884) faz ainda a discussão do advento da propriedade privada, e como o Estado hoje, junto com seu conjunto de instituições, está a serviço de proteger e garantir o direito a propriedade privada:

"Todo Estado em que existe a propriedade privada da terra e os meios de produção, em que há o domínio do capital, por mais democrático que seja o Estado capitalista, ele sempre funcionará como uma máquina em mãos dos capitalistas para o subjugamento da classe operária e dos camponeses pobres. E o sufrágio universal, a Assembleia Constituinte ou o Parlamento são meramente uma forma, uma espécie de obrigação e reembolso do Estado, mas que não muda a essência do assunto."

Mais concretamente, o Estado é, também, uma organização burocrática, isto é, um conjunto de instituições e organismos, ramos e sub-ramos, com suas respectivas burocracias, destinado a cumprir a tarefa de dominação de uma classe sobre a outra. As instituições do Estado, ou os aparelhos do Estado (ALTHUSSER, 1985)¹¹, podem ser de caráter coercitivo ou ideológico.

É com a dominação dos aparelhos ideológicos de Estado que, segundo Althusser, a "elite burguesa reproduz sua lógica de dominação excludente e desigual". E o faz principalmente através da escola, sem deixar de lado, evidentemente, a igreja, a família, sindicatos, o direito e outros. Age, portanto, de forma ideológica, reproduzindo um sistema excludente e desigual, através das próprias pessoas que por ele são exploradas e utilizadas como meio.

Não há como se esquecer dos aparelhos repressivos de Estado (polícia, presídios, direito, entre outros) que agem através da violência (física ou não) e que dão guarida à parte ideológica, para que essa possa agir de forma segura e sem percalços

¹¹ Althusser, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

dentro das famílias, escolas, igrejas, sindicatos. É bom que se saiba, também, que esta lógica capitalista que domina o aspecto ideológico age dentro das faculdades de direito e do poder público, encarregado na “defesa” da classe trabalhadora, ou seja, é fundamental aqui entender que os moradores do Pinheirinho lutavam judicialmente por moradia, mas que, a Justiça brasileira, ou burguesa, é ideologicamente instituída para defender a propriedade privada e seus detentores, não de fato o que é justo.

É muito difícil, hoje, discutir ideologia. Marx a coloca como parte, juntamente com o direito e o governo, da superestrutura, que se alicerça sobre as forças produtivas e relações de produção (infra-estrutura)¹². Por mais difícil que seja discutir a questão da ideologia, é fundamental para o desenvolvimento desse trabalho a necessidade de se entender a divisão da sociedade em classes, e a manutenção dessa separação a partir de um instrumento superestrutural como o Estado, e que esse Estado, dividido entre aparelhos repressores e ideológicos está a serviço de uma classe dominante, no capitalismo, a burguesia.

Todavia, o referencial teórico preliminar também envolveu estudos referentes ao campo da habitação. Engels (1845) demonstrou pela primeira vez a preocupação com as condições de vida dos trabalhadores ingleses, principalmente em relação às péssimas e precárias condições de trabalho, mas o mesmo também debateu sobre a questão da habitação nas cidades mais desenvolvidas da Inglaterra. A descrição das cidades industriais inglesas, na primeira parte do livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”¹³, mostra o cuidado com as peculiaridades do modo de habitação, alimentação e vestuário da classe trabalhadora nos grandes centros industriais como Manchester, Birmingham, Leeds, Liverpool, Preston, entre outras.

Em relação à habitação dos trabalhadores: “que sujeira! [diz o autor]. Por toda parte montes de escombros, de detritos e de imundícies; em vez de valetas, poços estagnados e um cheiro que, por si só, impediria qualquer homem, por pouco civilizado que fosse, de ali viver”. Ainda em Manchester, ele diz, “este é o espetáculo

¹² Sell, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica: Durkheim, Weber [e] Marx. 3. ed. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

¹³ Engels, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Porto: Afrontamento, 1975.

de toda margem do rio Irk; verdadeiro caos de casas amontoadas (...) cujo interior está em perfeita harmonia com a sujeira das redondezas”.

Engels (1873) em sua obra “para a questão da habitação” já discute a respeito sobre o que ele chamava de falta de habitação:

“A chamada falta de habitação, que hoje em dia desempenha na imprensa um papel tão grande, não consiste no fato de a classe operária em geral viver em casas más, apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueis, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento. E esta falta de habitação só dá tanto que falar porque não se limita à classe operária mas também atingiu a pequena burguesia.”

Ou seja, para Engels a chamada “falta de habitação”, ou dificuldades ao acesso a moradia está relacionada a sistemas econômicos baseados na opressão de uma classe pela outra, sendo assim, algo inerente no sistema capitalista.

Todavia, faz-se necessário atualizar essa discussão feita por Engels há mais de um século atrás, pois, muita coisa se avançou em relação ao acesso a moradia. De fato pode-se concordar com Engels no sentido de afirmar que no capitalismo é impossível resolver o problema da habitação, e que os países que conseguiram superar esse problema até então (considerando-se o século XXI) rebaixaram as condições de vida de países outros, subdesenvolvidos ou considerados do terceiro mundo.

É necessário hoje se entender o tema da habitação relacionando-o com o espaço urbano. Nesse sentido, Henri Lefebvre¹⁴ que foi um filósofo marxista e sociólogo francês, e que estudou distintas temáticas com destaque para o espaço urbano, foi um dos importantes referenciais teóricos para se produzir esse trabalho científico. Dentre suas obras, pode-se considerar as mais importantes para a pesquisa "O direito à cidade" (1969) e "A revolução urbana" (1970). O foco de sua análise é o sistema econômico capitalista no espaço urbano, com base na necessidade do poder industrial transformar a cidade de acordo com os seus interesses, seus estudos consideram neste processo a influência dos diversos agentes sociais.

Todo o referencial teórico preliminar utilizado nesse trabalho foi fundamental para se fazer uma análise dos programas habitacionais brasileiros a partir do início do século XX, bem como, se buscar entender o espaço urbano do século XXI como a materialização de uma sociedade estruturada em duas grandes classes sociais, onde uma domina a outra por quase dois séculos, a partir da utilização de todo o aparato ideológico e coercitivo do Estado.

Assim sendo, a discussão produzida nesse trabalho científico sobre os problemas relacionados à questão do acesso a moradia no Brasil, bem como, a peculiaridade envolvendo o caso da ocupação popular do Pinheirinho em São José dos Campos está fundamentada a partir dos estudos e referenciais teóricos preliminares.

2. Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito: as lutas sociais por moradia surgem como um reflexo também das ineficientes políticas públicas para os setores mais pobres da sociedade brasileira.

Segundo os dados mais recentes divulgadas pelo Governo Federal¹⁵, a partir dos relatórios do Fundo Monetário Internacional, o FMI, a economia brasileira é a maior da América Latina e do hemisfério sul, a sexta maior do mundo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e a sétima maior do mundo por paridade do poder de

¹⁴ **Lefebvre**, Henri (1901 - 1991) foi um filósofo marxista e sociólogo francês, autor de mais de 70 obras incluindo "O direito à cidade" (1969) e "A revolução urbana" (1970).

¹⁵ Segundo informações encontradas no site do Fundo Monetário Internacional (FMI). Site acessado no dia 15 de agosto de 2012. (www.imf.org/external/spanish).

compra. Todavia, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁶, o Brasil ocupa a oitava colocação mundial quando o assunto é a concentração de riqueza.

O nível de concentração de renda do Brasil é, talvez, o principal indicador sócio econômico que define o porquê, em que pese que se fale de um país rico e que tenha uma produção industrial e agrária de nível mundial, milhares de brasileiros sofrem com as injustiças sociais, refletidas nas péssimas estatísticas referente à educação, saúde, renda, emprego e, especificamente, habitação.

Aqui cabe salientar que, em maior ou menor grau, a chamada concentração de renda é uma problemática social observada em todos os países do mundo, já que esse indicador surge resultante de uma economia baseada na acumulação e na circulação do capital. Como já foi desenvolvido no referencial teórico preliminar, para se reproduzir, o sistema capitalista necessita se estabelecer em uma sociedade dividida em classes antagônicas, ou seja, entre os exploradores e explorados, detentores dos meios de produção e trabalhadores, opressores e oprimidos, em resumo, entre ricos e pobres¹⁷.

Recortando-se o debate para o Brasil, podemos afirmar que desde o início da República, diversos regimes estiveram à frente do país. Do populismo do primeiro governo Vargas aos governos ditatoriais da época da ditadura militar, do neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso¹⁸ aos governos de “conciliação de classe”¹⁹ da “era PT”²⁰. Enfim, muitos projetos e políticos estiveram no “comando” do

¹⁶ Segundo informações encontradas no site da Organização das Nações Unidas (ONU). Site acessado no dia 15 de agosto de 2012. (www.onu.org.br/onubrasil).

¹⁷ Engels, Friedrich: *O Processo Global da Economia Capitalista*, terceiro livro de “O Capital”, 1894.

¹⁸ Boito Jr, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

¹⁹ Iasi, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

²⁰ Era iniciada a partir da eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, que assumiu o cargo de Presidente da república em janeiro de 2003, pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo o Partido dos Trabalhadores, a “era PT” é um fenômeno que segue até os dias atuais, com a eleição da atual presidente Dilma Rousseff, no cargo desde janeiro de 2011.

país, mas o que todos têm em comum é a manutenção da estrutura do Estado enquanto mantenedor dos privilégios das classes ricas e dominantes²¹.

Em que pese que essa realidade venha mudando na última década, de maneira geral no Brasil as classes dirigentes têm demonstrado não ser sensíveis às questões de distribuição de renda. Sobre esse tema já disse Florestan Fernandes²², que “no Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição da renda”.

Entretanto, essa citação de Fernandes não reflete apenas a problemática da distribuição de renda em nosso país. Na verdade, pode-se afirmar que boa parte dos problemas sociais, econômicos e urbanos que a sexta economia mundial vive é o resultado de uma política que, historicamente, sempre beneficiou prioritariamente os setores mais abastados da sociedade.

A questão da habitação pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Numa perspectiva que concebe o problema da moradia integrado à questão do direito à cidade, é possível perceber que as reivindicações em relação à habitação emergem sobre várias facetas: solução para os graves problemas de infraestrutura (saneamento, asfaltamento, etc.), construção de moradias para atender ao número alarmante de famílias sem casa própria e questionamento das obras de urbanização em áreas periféricas e favelas.

É importante perceber como os atuais problemas urbanos, em especial aqueles relacionados à habitação, refletem um século de políticas que não consideraram a população mais pobre ou, em alguns períodos, nem existiram. É exatamente isso que Fernandes chama de “falta de tentativas frutíferas”. Foi exatamente essa falta de política que levou, e continua levando, milhares de pessoas, dos setores mais explorados e oprimidos da classe trabalhadora, a ocupar terras rurais e urbanas, com o objetivo de conquistar o seu direito à moradia.

²¹ Lenin em *O Estado e a Revolução* (1918), afirmava que “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.”

²² Fernandes, Florestan: *O Roteiro da Pobreza*, acervo online da Folha de São Paulo, 1995.

Todavia, atualmente é inegável que algo está mudando nessa lógica nos últimos anos. O principal programa de habitação hoje em curso, o Minha Casa Minha Vida²³, iniciado no Governo Lula se apresenta enquanto um programa limitado, porém progressivo, já que na primeira vez na história se planejou habitações destinadas aos setores que ganham de zero a três salários mínimos, cerca de 40% de todo o programa que já foi aplicado²⁴. Mesmo tendo esse caráter jamais visto nos anteriores programas dos governos brasileiros, deve-se afirmar que o programa Minha Casa Minha Vida não é suficiente para resolver todos os programas herdados no século XX.

2.1 A herança das ineficientes políticas habitacionais brasileiras do século XX.

Para chegar à conclusão desse capítulo (que consiste na ideia de que as ineficientes políticas públicas no campo da habitação por parte dos governos são também responsáveis pelos movimentos de ocupações urbanas) faz-se necessário observar, a partir de uma análise material da história, como se desenvolveu a atual problemática habitacional. Segundo MARICATO (1997)²⁵ houve no Brasil, no final do século XIX, uma conjunção de acontecimentos que influenciaram decisivamente a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Concomitantemente, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, fato que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos, até então inédita.

²³ Lei nº 12.424, de junho de 2011 que Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

²⁴ Minha Casa, Minha Vida é um programa habitacional do Governo Federal do Brasil, anunciado no dia 25 de março de 2009, que consiste no financiamento da habitação. O investimento do Governo é previsto em R\$ 34 bilhões e serão construídas 1 milhão de moradias. A parcela mínima do financiamento é de R\$ 50,00

²⁵ Maricato, Erminia. Conhecer para resolver a cidade ilegal, Biblioteca virtual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1997.

Nesse primeiro momento, a medida do governo brasileiro foi oferecer crédito às empresas privadas para que elas produzissem habitações. Todavia, os empresários não obtiveram lucros com a construção de habitações individuais, devido à grande diferença entre os preços delas e das moradias informais. Alguns passaram a investir em loteamentos para as classes altas, enquanto outros edificaram prédios para habitações coletivas, que passaram a figurar como a principal alternativa para que a população urbana pobre pudesse permanecer na cidade, especificamente no centro, onde estariam próximos das indústrias e de outras possibilidades de trabalho (PECHMAN & RIBEIRO, 1983)²⁶.

Podem ser incluídos nessas habitações coletivas, os cortiços, as estalagens, as avenidas, as casas de cômodos, as vilas operárias e as vilas populares, que, em geral, eram construídas já em locais segregados dos centros urbanos das, ainda jovens, cidades modernas brasileiras (PECHMAN & RIBEIRO, 1983)²⁷. Ou seja, desde os primórdios, ficou a cargo da iniciativa privada a construção de espaços habitacionais para assegurar o direito de moradia da classe trabalhadora nos centros urbanos. Em uma sociedade baseada na acumulação e circulação do capital, é evidente que os direitos a uma moradia digna sempre serão secundarizados a partir da necessidade de lucro das empresas e indústrias.

MARICATO traz uma outra importante contribuição ao tema quando apresenta a primeira medida de desapropriação por parte do governo. Segundo ela, apesar de financiar a construção das habitações coletivas, o “poder público considerava os cortiços degradantes, imorais e uma ameaça à ordem pública”. Assim, tendo como referência os ideais positivistas, o novo poder republicano realiza, no início do século XX, uma reforma urbana no Rio de Janeiro para melhorar a circulação de mercadorias, serviços e pessoas na cidade. Foram demolidos 590 prédios velhos para construção de 120 novos edifícios, o que significou a expulsão de diversas famílias pobres de suas moradias, a ocupação dos subúrbios e a formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro. (IDEM)

²⁶ Pechman, Robert M.; Ribeiro, Luiz C. de Queiroz. O que é questão da moradia. Coleção Primeiros Passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense. 1983.

²⁷ IDEM.

Essa é a primeira expressão do problema histórico e contraditório que o país vive, O fato de que os setores mais pobres da classe trabalhadora são empurrados para uma situação degradante de moradia por conta da associação entre o modelo econômico do país e a ineficiência das políticas públicas no terreno da habitação, e que, posteriormente, são violentamente expulsos dessas moradias precárias ou ocupações irregulares pela mesma burguesia e pelo Estado que lhes impôs tal situação.

Considerando como única essa “política habitacional” no Rio de Janeiro, e algumas ações pontuais do governo, principalmente no estado de São Paulo, no início do século XX, o que pode ser percebido é que até a década de 30 diversas cidades brasileiras tiveram o problema da habitação agravado. Somente a partir do fim da década de 30, quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a se esboçar uma política para a habitação. É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância que os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos em geral são colocados na chave do social (MARICATO, 1997).

A partir desse momento, ficou evidente que não poderia ficar sobre responsabilidade do setor privado a tarefa de combater os problemas relacionados à moradia no país. Por conta disso, o Estado, durante o primeiro governo Vargas, começa a assumir a necessidade de ter um papel mais decisivo nessa questão. Apesar da história ao máximo tentar ocultar, a primeira ação do Governo no terreno da habitação, que foi a abertura do financiamento a moradias por parte do Instituto de Aposentadoria e Pensão, no final da década de 30, foi o resultado de uma pressão da classe trabalhadora e de diversos sindicatos por melhores salários, que essencialmente, eram para pagar os preços abusivos do aluguel.

Apesar de ter sido a primeira política do Estado para modificar a situação da habitação no país, esse financiamento só era cedido aos associados do instituto, colocando de fora as grandes camadas pobres da sociedade, que ainda se amontoavam em cortiços ou habitações inadequadas, as favelas. Todavia, ainda nessa época, paralelamente à construção de novas unidades habitacionais, o Estado, sobretudo a partir de 1937 com o Estado Novo, passa a tratar os assuntos relativos às favelas e seus moradores como uma questão de polícia, o que levou à

realização de diversas remoções, com a adoção de uma política de erradicação de favelas.

Esse período nada mais foi do que o segundo momento no país em que trabalhadores foram largamente expulsos de suas casas pela burguesia e pelo Estado, mesmo estando essas casas em condições precárias, e mesmo essas casas precárias resultarem da associação entre a pressão e a exclusão do sistema capitalista com a omissão do Estado diante do problema.

Ainda na era do Estado Novo, Vargas institucionaliza a Fundação da Casa Popular (FCP). A FCP foi criada em 1946 para funcionar como uma resposta social a um contexto de fortes pressões dos trabalhadores e de crescimento do Partido Comunista. Apesar de ter recebido várias atribuições, essa Fundação praticamente pouco mudou a problemática relacionada a habitação, pois recebeu muitas atribuições e poucos recursos além de não ter nenhum projeto que abarcasse as pessoas mais pobres.

Na década de 1950 houve um grande avanço da indústria brasileira, com intenso crescimento urbano e intervenções do Estado para adequar o espaço urbano à circulação de automóveis. No entanto, a expansão urbana foi marcada por grande desigualdade: a classe média crescia e tinha acesso a financiamentos de apartamentos e a bens duráveis, ao passo que às classes pobres restavam as favelas e os loteamentos ilegais na periferia. Nesse contexto, o governo JK tenta, no final da década de 1950, fortalecer a FCP, que vive seu período mais dinâmico, com mais investimentos e maior número de unidades habitacionais construídas. (Andrade, 1982)

Entretanto, apesar das tentativas de reformulação, a FCP, em quase 20 anos de existência, produziu apenas cerca de 17 mil moradias, não tendo sido, como era a proposta inicial, o carro chefe da política habitacional do país. Para ANDRADE (1982)²⁸, o fracasso da FCP pode ser explicado pelo caráter emergencial e pontual das ações, uma vez que o principal objetivo não era atacar a estrutura do problema da habitação, mas sim “derivar dividendos políticos, quer sob a forma de votos, quer de prestígio” (IDEM, p. 54).

²⁸ Andrade, Luis Aureliano G. de. Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

Essa é uma análise importante, mas não se refere ao centro do problema naquela época, que era o período de crescente estruturação da cidade para comportar o avançar da economia capitalista no país, combinando com a vinda de uma série de multinacionais ao país. Para além de serem ineficientes com os problemas habitacionais já existentes naquele momento, esses programas nem de longe abarcariam as novas necessidades habitacionais surgiram com o processo de interiorização do país.

Com o golpe militar em 64, a FCP é extinta e é criado o Plano Nacional de Habitação. No que tange à concepção de política urbana do governo militar, o planejamento era a solução para o “caos” urbano e para controlar o crescimento das favelas e ocupações irregulares. Prolifera-se, então, a elaboração e a implementação de planos diretores, que, todavia, ignoravam as necessidades e problemas da cidade real (que incluía a cidade informal). Portanto, a política da habitação desse período centrou-se na produção de moradias e obras de infraestrutura na cidade legal (formal) (MARICATO, 2000)²⁹. Assim, a partir de 1964, as ações públicas voltadas para as vilas e favelas são sufocadas; os movimentos sociais e as associações são reprimidos, lançados na ilegalidade e impedidos de atuar; os favelados, bem como suas ocupações e associações, passam novamente a ser tratados como problema de polícia.

Nem precisa conhecer profundamente a história dos movimentos sociais para saber que durante a Ditadura Militar no país, os movimentos populares e sindicais foram duramente reprimidos. No campo da luta por habitação não foi diferente. O polo mais avançado do movimento por habitação naquele momento eram os grupos que lutavam pela reforma agrária, que geralmente se organizavam junto com a Comissão Pastoral da Terra, e que originaram na década de 80 o Movimento Sem Terra do Brasil (MST). Esse movimento foi duramente reprimido durante o período da ditadura, assim como foram reprimidas as organizações urbanas que lutavam por moradia nas cidades.

As grandes “heranças” deixadas pelos governos militares foi o Sistema Financeiro de Habitação (FSH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). A trajetória do SFH e

²⁹ Maricato, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: Arantes, O. et al. A cidade do pensamento único. A política habitacional do regime militar. Petrópolis: Vozes, 1987.

do BNH não foi linear e pode ser dividida em três fases³⁰. A primeira delas, de 1964 a 1969, foi a de implantação e expansão do BNH e das COHABs (Companhias de Habitação Popular), com um considerável financiamento de moradias para o “mercado popular” (40% dos investimentos), convergindo com o objetivo do governo de se legitimar junto às massas.

A segunda fase, de 1970 a 1974, consistiu em um esvaziamento e uma crise do SFH, sobretudo devido à perda do dinamismo das COHABs, que se tornavam financeiramente frágeis devido à inadimplência causada, principalmente, pela perda do poder de compra do salário mínimo, situação que atingia seus principais mutuários, oriundos das camadas pobres. Isso fez com que os financiamentos passassem a ser, cada vez mais, destinados às famílias de classe média, uma vez que os juros para essa camada eram mais altos e o índice de inadimplência, se comparado com o das classes mais pobres, era menor.

Inicia-se, então, a terceira fase do SFH (1975 a 1980), caracterizada pela reestruturação e pelo revigoramento das COHABs, com aumento do número de moradias produzidas, a grande maioria destinada à classe média. Mais uma vez, fica nítido que a história das políticas de planejamento e habitação popular no Brasil nunca fora voltada para os setores mais pobres da classe trabalhadora, e sempre seguiram as relações de mercado.

Desse modo, as alternativas encontradas pelas famílias pobres eram as favelas e os loteamentos clandestinos das periferias das capitais e das cidades das regiões metropolitanas. Conseqüentemente houve na década de 1970, um grande crescimento dos loteamentos clandestinos nas periferias.

Na década de 1980 a crise financeira compromete mais gravemente os investimentos do SFH, culminando na extinção do BNH em 1986, que transfere para a Caixa Econômica Federal suas funções. Entre 1964 e 1986 (ano de sua extinção), o SNH financiou cerca de quatro milhões de moradias, número bastante expressivo para a realidade do país. Porém, os investimentos atingiram predominantemente a classe média emergente, excluindo da política de financiamento da casa própria os trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo. Do total de moradias

³⁰ Souza, M. T. O programa de cooperativas habitacionais do BNH: o cooperativismo inventado. São Paulo: FAUUSP, 1999.

produzidas, 35% foram destinadas ao “mercado popular”, com comprometimento de apenas 13% de todos os recursos investidos pelo BNH, segundo pesquisas realizadas pelo Instituto de Economia de Campinas.

Dois anos após a extinção do BNH houve uma queda drástica nos recursos destinados às COHABs e os financiamentos se concentraram ainda mais na classe média. Para tentar minimizar essa situação, o governo federal lançou, em 1987, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria especial de Ação Comunitária (SEAC), que tinha como objetivo financiar habitações para famílias com renda inferior a três salários mínimos. Apesar de sua grande importância (comparando ao baixo número de unidades financiadas pelas COHABs), o Programa não alcançou suas metas, pois, além da alta inflação do período, não tinha uma política e uma gestão bem definidas.

É importante destacar o processo de mobilização do movimento pela reforma urbana por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte. Apesar das tímidas conquistas tal mobilização fortaleceu a concepção de que as questões da cidade devem ser tratadas de maneira integrada. Além disso, a Constituição Brasileira de 1988 consolidou o processo de descentralização das políticas públicas de planejamento urbano, que ficou a cargo dos municípios.

Todavia, a partir da Constituição de 88, uma série de discussões e ideologias burguesas foram firmadas, fazendo com que cada vez mais a luta por moradia tendesse a ser mais institucionalizada. Como dito anteriormente, historicamente os setores mais pobres da sociedade foram excluídos de qualquer política habitacional já existente, porém, esses trabalhadores não foram apenas excluídos do direito a ter uma moradia.

A luta por uma moradia é uma luta constante contra o capital. A ocupação e a conquista da terra e do direito de morar constituem uma forma de materialização da luta de classes. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital, em seu processo contraditório de reprodução das relações não capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da

ocupação, eles se reinserem na produção capitalista das relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1981)³¹.

Os expropriados e explorados pelo desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção utilizam-se da ocupação da terra também como forma de reproduzir o trabalho familiar ou coletivo. Na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política para se “ressocializarem”, lutando pela terra e contra o assalariamento. Ou seja, a luta pela moradia é também a luta contra a exclusão social causada pelos capitalistas e, ou, pelos proprietários de terra.

É nesse sentido que se pode afirmar que a Constituição Federal de 88 foi um importante avanço para a população brasileira, e, no que tange a questão da habitação, trouxe constitucionalmente significativas melhorias para o entendimento sobre a questão da habitação. Porém, o Brasil não está estruturado a partir da Constituição Federal de 88, e sim, em um Estado burguês, dividido em classes, baseados em uma estrutura capitalista de produção, que cada vez mais segrega, exclui, oprime e explora a população pobre.

Os problemas relacionados a habitação não vão ser resolvidos no capitalismo. A prova disso é que, apesar da Constituição de 88, o governo Collor (1990-1992) ficou longe de resolver esse problema, e o programa chefe de habitação, o PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação) não chegou nem perto de cumprir as metas planejadas. Os programas Habitar Brasil e Morar Município do Governo Itamar foram um fiasco.

Esses programas incentivaram a criação, durante o governo FHC do Fórum Nacional de Habitação, composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia. Porém essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o FMI

³¹ Martins, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

(DENALDI, 2003)³². Pode-se ainda concluir que esses objetivos não foram pra frente por conta do “caráter irreconciliável entre burguesia e trabalhadores”. (LÊNIN, 1918)

2.2 O Estatuto da Cidade e o programa Minha Casa, Minha Vida: Algo está mudando?

No século XXI houve a criação do Estatuto da Cidade³³, que é um importante instrumento no campo do planejamento urbano das cidades. O primeiro artigo presente nessa lei já deixa bem claro a sua importância:

Art. 1º, parágrafo único: Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Na prática essa Lei ainda encontra dificuldades extremas de aplicação, e infelizmente seus instrumentos geralmente são atropelados pela pressão imobiliária e especulativa das cidades brasileiras.

Todavia, pode-se afirmar que o indicativo participativo previsto pelo Estatuto da Cidade fez com que diversos segmentos dos movimentos sociais participassem mais das decisões e deliberações das cidades, aproximando assim cada vez mais a população dos gestores. As diretrizes gerais presentes no segundo artigo do Estatuto da Cidade legalizam esse avanço:

“Art. 2º: A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

³² Denaldi, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

³³ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011.

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social (...).”

É a partir desse espírito participativo, combinado com diversos outros elementos, que a sociedade brasileira elege pela primeira vez na história um presidente marcado pelo seu histórico sindicalista, o metalúrgico Luís Inácio “Lula” da Silva. O Lula (PT) foi eleito com um forte apoio das principais lideranças dos movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento Sem Terra e a União Nacional dos Estudantes.

Em que pese que várias esperanças depositadas no Governo Lula foram caindo a partir das alianças feitas pelo mesmo, pode-se afirmar que a principal característica que pode ser apontada desse governo foi a capacidade de diálogo com os movimentos sociais, o combate a concentração de renda e a miséria em nosso país, avançando na erradicação da pobreza.

Inúmeros programas marcaram esse governo, a exemplo do Bolsa Família, que em que pese ser uma política meramente assistencialista, ela é destinada exclusivamente para os setores mais pobres da sociedade brasileira, aqueles que sequer estão inseridos em postos de trabalho, ou estão localizados no mercado informal.

No campo da habitação, o grande novo programa habitacional é o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) iniciado no Governo Lula, e mantido pelo Governo Dilma. Esse que é o principal programa habitacional do Governo Federal, ainda não atingiu a proposta inicial de construção de dois milhões de unidades habitacionais. O primeiro artigo desse programa demonstra algo jamais visto no país:

“O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00.”

Para além da questão referente à construção, reforma e financiamento de unidades habitacionais, o programa MCMV ainda coloca no patamar de lei federal a discussão sobre a concessão de terrenos a comunidades ocupadas para que os mesmos cumpram a sua função social.

A partir desse programa, cerca de um milhão de novas casas foram construídas e financiadas e dessas, 40% foram destinadas as pessoas que ganham de zero a três salários mínimos. De fato, isso significa um grande avanço nas políticas habitacionais no Brasil. Porém, as limitações desse programa e, obviamente, os interesses das grandes construtoras imobiliárias e empreiteiras da construção civil fazem com que esse não seja suficiente para resolver de fato o problema do acesso à moradia no país.

Maricato, em entrevista concedida ao Brasil de Fato destaca ainda outra questão, o da relação entre o aumento do preço da terra no Brasil e o programa Minha Casa Minha Vida:

“Você tem hoje um aumento no preço da terra e dos imóveis que é absolutamente escandaloso, que não tem nenhum controle. É muita loucura o que está acontecendo a partir do [programa] Minha Casa Minha Vida.

E sem controle municipal nenhum, principalmente, a quem caberia essa competência, através do Plano Diretor. E você não vê nada. Ao contrário, você vê o prefeito, muitas vezes, investindo recurso público para viabilizar terreno de determinadas empresas. Todo mundo acaba jogando água para o moinho do interesse do capital imobiliário, porque o capital imobiliário também financia campanha eleitoral.

O que está acontecendo nas cidades é escancaradamente regressivo a partir, infelizmente, do [programa] Minha Casa Minha Vida. Nós não vamos acabar com o crescimento exponencial de favelas e com a ocupação de áreas de interesse ambiental porque, simplesmente, a maior parte da população brasileira não entra nesse mercado, altamente especulativo. Noventa por cento do déficit habitacional é de zero a três salários. É um mercado que não fala, não dialoga com essa condição social.”

Ainda em 2010, foi redigido um Manifesto Nacional da Frente de Resistência Urbana contra despejo, organizados com o título "Minha Casa, Minha Luta", alertando para as questões levantadas por Maricato em relação ao mercado imobiliário e a pressão das empresas da construção civil:

“(...) O que está por trás deste processo é o fortalecimento, como “nunca antes visto neste país”, do capital imobiliário: as grandes empresas de construção civil, as incorporadoras e os proprietários/especuladores de terra urbana estão em festa. Após a abertura de capital de grandes empreiteiras (a partir de 2006) e de sucessivos presentes do governo, o Programa Minha Casa, Minha Vida (anunciado no início de 2009) coroou a abertura de um período de vacas gordas para este setor do capital.(...)”³⁴

Por um lado a de se reconhecer que mais de 350 mil famílias com renda de menos do que três salários mínimos foram beneficiadas pelo direito a acessar a moradia a partir do programa Minha Casa, Minha Vida. Essa é uma estatística nunca vista no país. Porém, por outro lado, faz-se necessário compreender as limitações do programa e quem de fato muito se beneficiou com o mesmo.

Como foi visto, inúmeros programas habitacionais de diversos governos foram apresentados. A maioria deles não teve continuidade nenhuma e no campo da prática, pouco conseguiram transformar a realidade hoje do país, no que tange ao problema habitacional. Segundo dados do IBGE do censo de 2010, o Brasil tinha naquele ano 11,4 milhões de pessoas (6% da população do país) vivendo em favelas, palafitas ou outros assentamentos irregulares, num total de 6.329 assentamentos em 323 cidades. Isso sem falar dos que não possuem moradia alguma, vivendo nas ruas dos grandes centros urbanos e que não conseguem ser pesquisadas pelo censo.

É a partir de um cenário como esse que as lutas urbanas por moradia e reforma agrária ganharam grande fôlego a partir do final da década de 80, seguindo as mobilizações sindicais e democráticas no país. Durante a década de 90, as primeiras ocupações de terras e de terrenos urbanos começaram a ser uma prática muito utilizada pelos movimentos sociais. Porém, é a partir do século XXI, depois de

³⁴ Trecho do Manifesto, disponível em www.cspconlutas.org.br.

inúmeros programas habitacionais ineficientes, não destinados aos setores não assalariados, excluídos pelo processo de produção capitalista, e pelo agravamento das péssimas condições de vida, que grupos e movimentos sociais investem, dentro do perímetro urbano, com maior força. Como a ocupação do Pinheirinho em São José dos Campos, São Paulo.

Enfim, a história dos movimentos sociais na luta por habitação e moradia não podem ser desassociados de uma discussão histórica sobre a ineficiência do Estado de garantir aos setores mais pobres e oprimidos uma política eficiente que assegure esse direito básico. Porém, cabe analisar esse processo de maneira dialética, para entender que nada disso se acontece ao acaso, e sim, graças ao caráter de classe do Estado brasileiro e de suas instituições, que estão a serviço da burguesia.

É nesse contexto que se insere a discussão da necessidade que muitos trabalhadores têm de ocupar terras agrárias e terrenos urbanos. Enquanto habitar for um privilégio, ocupar seguirá sendo uma obrigação dos movimentos sociais. Enquanto não se mudar o modelo de organização social baseado na acumulação e na circulação do capital, sustentado pela opressão e exploração de uma classe sobre a outra, os programas políticos seguirão sendo ineficientes e novos Pinheirinhos surgirão.

3. Ocupar, organizar e resistir: o caso de São José dos Campos.

Não há dúvidas de que a cidade de São José dos Campos, localizada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Ou região Metropolitana de São José dos Campos), no estado de São Paulo (vide melhor localização geográfica nas figuras 1 e 2), é uma das cidades mais importantes do país. Em 2011 sua população foi estimada pelo IBGE em 636 876 habitantes, sendo que em 2010 era a sétima cidade mais populosa de São Paulo e a 32^o do país.



Figura 1

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Escala: 1:2.500.000.

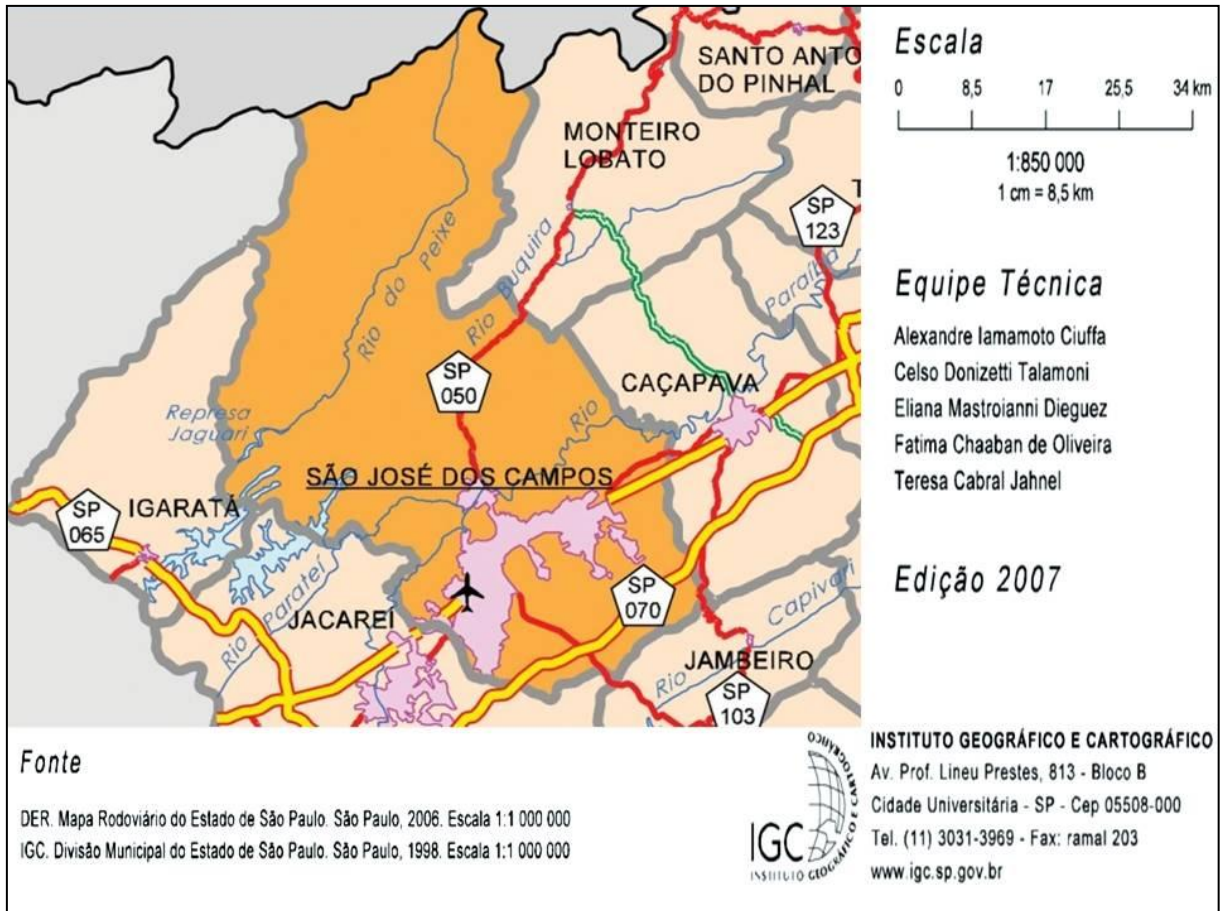


Figura 2

Fonte: Prefeitura de São José dos Campos, Instituto Geográfico e Cartográfico

Analisando brevemente a história do município, deve-se dizer que a cidade de São José dos Campos foi fundada em 1767. No decorrer do século XIX a agricultura desenvolveu-se com muita força no município, com destaque para o café, principalmente a partir da década de 1880. Porém na segunda metade do século XX a indústria ganhou força, sendo este o momento que a cidade descobre sua vocação para a área da tecnologia³⁵.

Hoje estão instaladas importantes empresas, na região, como a Panasonic, Johnson & Johnson, General Motors (GM), Petrobras, a sede da Embraer, entre outras. O município possui ainda importantes centros de ensino e pesquisas, tais como o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto de Estudos Avançados (IEAv), o Instituto de

³⁵ Guia SJDC. *A História de São José dos Campos – Capítulo I*. Disponível em www.webcitation.org. Página visitada em 19 de junho de 2013.

Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento (IP&D), sendo assim considerado como um importante tecnopolo de material bélico, metalúrgico e sede do maior complexo aeroespacial da América Latina.³⁶

Essa realidade afirma que a cidade de São José dos Campos é também uma das principais cidades, do ponto de vista econômico do país, tendo ainda uma forte presença nas comercializações envolvendo o mercado exterior. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a cidade de São José dos Campos está apenas atrás da capital paulista quando o critério é o de município que mais exporta materiais industrializados.

Todo esse desenvolvimento coloca a cidade com o 19º maior PIB do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2009. Todavia, ainda segundo o IBGE, nessa cidade de pouco menos que 650 mil habitantes, cerca de 70% da população economicamente ativa (260 mil pessoas) vive hoje com menos de três salários mínimos, e outras 170 mil pessoas não possuem renda alguma.

Essa é uma maneira fácil de observar o quanto é alto o nível de concentração de renda da cidade, e o quanto são rebaixados os salários dos trabalhadores e trabalhadoras das grandes multinacionais instaladas na região.

Segundo ainda o IBGE, de 1991 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em 10%. Em 2010, 84,4% da população vivia acima da linha da pobreza, 10,2% encontrava-se na linha da pobreza e 5,4% estava abaixo. Em 2000, a participação dos 20% da população mais rica da cidade no rendimento total municipal era de 61,6%, ou seja, 25 vezes superior à dos 20% mais pobres, que era de 2,5%, sendo que em 1991 a participação dos 20% mais pobres era de 3,4%, ou seja, do começo da década de 90 até o ano de 2000 houve um crescimento da desigualdade social na cidade.

Nesse sentido, observando-se ainda alguns indicadores sociais na cidade de São José dos Campos, logo percebemos que essa não está à margem dos problemas observados em qualquer outra cidade do país. Os níveis de pobreza em São José e região são altíssimos, o nível de desemprego, por exemplo, chega próximo à faixa

³⁶ Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

dos 20%, segundo a Pesquisa de Condição de Vida da Casa Civil (observada na Figura 3³⁷).

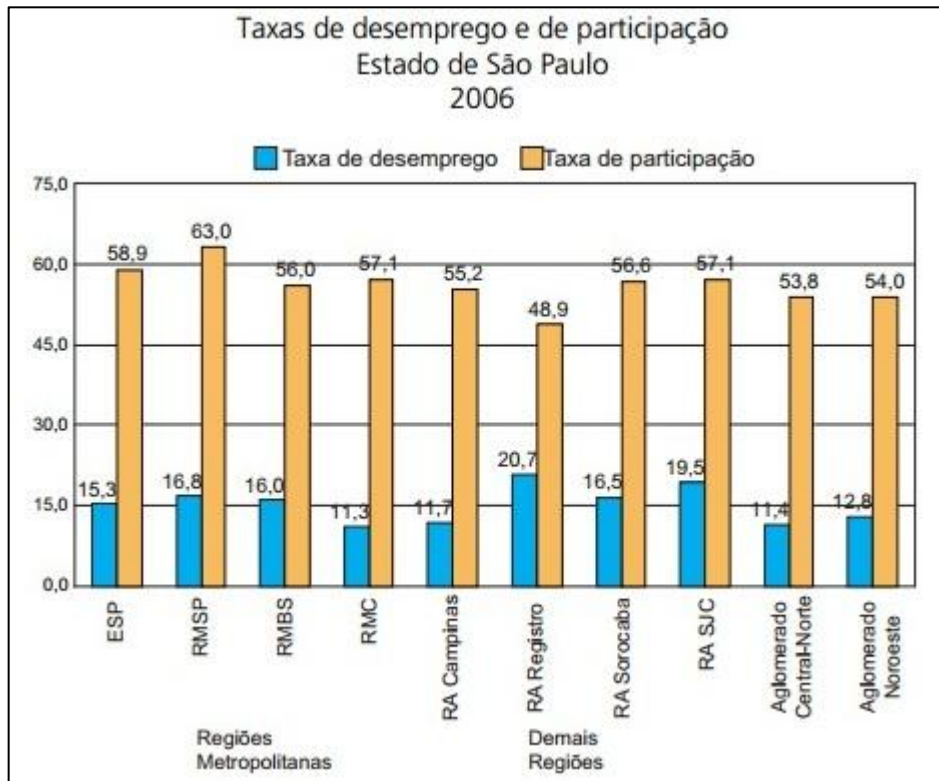


Figura 3

Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

No ano de 2006, já na gestão do prefeito Eduardo Cury (PSDB)³⁸, foi confeccionado pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, a partir da supervisão da Secretaria de Planejamento Urbano da cidade, supervisionada pela arquiteta Eliana Pinheiro Silva o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado³⁹ (PDDI) da cidade de São José dos Campos, objetivando atualizar o PDDI de 1995.

³⁷ Considerar apenas a estatística referente a cidade de SJC, segundo a tabela produzida pela Fundação SEADE da Casa Civil do Estado de São Paulo, a cidade de SJC é denominada enquanto Região Administrativa de São José dos Campos, ou RA SJC.

³⁸ Prefeito eleito pelo partido Partido Social-Democrata Brasileiro no ano de 2004, começou o exercício de seu mandato em janeiro de 2005, e era o prefeito da cidade no momento da desocupação do Pinheirinho.

³⁹ Tomou-se como referência nesse trabalho os números apontados pelo Plano Diretor de 2006, para observar os indicadores que a cidade de SJC possuía nas questões econômicas e sociais no momento da ocupação do Pinheirinho, no início de 2004.

A questão da habitação ganha um destaque muito grande nas elaborações do diagnóstico preliminar da prefeitura em 2006, e comprovam uma das conclusões apresentadas nessa monografia de que as ocupações urbanas são também o resultado da falta ou ineficiência das políticas públicas no campo da habitação, segundo o plano:

“A ausência de uma política habitacional para a população de baixa renda, o alto custo da terra do município, a burocracia para a aprovação de loteamentos imposta pelo Poder Público fez com que na década de 80 e 90 surgissem inúmeros loteamentos clandestinos no Município.”

Ainda segundo o diagnóstico do plano:

“A partir de 2000 iniciou-se o processo de regularização dos loteamentos identificados, com acompanhamento do Ministério Público, visando implantar uma infraestrutura mínima e promover a regularização fundiária destes loteamentos, de forma a possibilitar que os adquirentes obtenham o título de propriedade de seu imóvel.”

Referindo-se ao chamado “déficit habitacional” da cidade de São José dos Campos, o plano diretor da cidade afirma que:

“O déficit imediato estimado do Município é da ordem de 2.560 residências, tendo sido considerados nesta situação, os domicílios tipo “cômodo”, os domicílios cujas paredes são de “material reaproveitado”, e os domicílios que possuam instalações sanitárias compartilhadas ou não possuam instalações sanitárias, e os domicílios improvisados identificados pelo IBGE no Senso de 2000. Na metodologia adotada, foi considerado, ainda, como déficit habitacional aquelas famílias que possuem renda de até três salários mínimos e apresentam um comprometimento dessa renda superior 30% com o pagamento de aluguel. Nesse caso, o déficit seria da ordem de 27,9% dos domicílios alugados com condições básicas adequadas de habitação, o que corresponde à cerca de 7.440 moradias.”⁴⁰

⁴⁰ No ano de 2004 a Prefeitura de São José dos Campos elaborou Pesquisa para identificar o déficit habitacional do Município, em parceria com Universidade Estadual de Campinas, através do Núcleo de Estudos de População NEPO/UNICAMP. Tomou-se como referência nesse trabalho os números

É importante apresentar o fato de que o termo “déficit habitacional” foi algo “institucionalizado” pelos governos e por uma série de intelectuais e cientistas envolvidos nas questões relacionadas à habitação a partir dos anos 90 para tentar justificar o quantitativo de pessoas e famílias que não tem onde morar. Esse conceito é contraditório em sua essência, pois não existe de fato um déficit de moradias no país, o que existe é a concentração de unidades para servir ao mercado imobiliário e especulativo. Assim afirma CRUZ⁴¹ (2009):

“Faltam 7,2 milhões de habitações em todo o país. Ao mesmo tempo, o número de imóveis vazios impressiona. São mais de 6 milhões no Brasil, a maior parte concentrada na área urbana, justamente onde o déficit é maior. São imóveis abandonados ou utilizados apenas ocasionalmente, como casas de praia ou, a maior parte, simplesmente casas vazias à espera de um comprador ou locatário. No Sudeste, mais de 10% de todos os imóveis particulares estão vagos. Nessa região, o número de imóveis vazios, 2,7 milhões, supera o déficit habitacional, de 2,3 milhões. Um dado que reflete a situação de profunda desigualdade social no país. Um grande número de imóveis que poderiam ser utilizados para resolver parte do déficit habitacional é destinado à especulação imobiliária.”

Por maior que seja a discordância em relação ao termo utilizado pelos estudos do PDDI da cidade de São José, os indicadores referentes ao chamado “déficit habitacional” continuam chamando a atenção. Outro dado que chama atenção para o tema é que, em 2003 a partir dos resultados da já mencionada pesquisa sobre as necessidades de moradias na cidade de São José, realizada pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, era necessário, naquele momento, se construir 2.600 unidades habitacionais para começar a combater o problema da moradia na cidade.

Como dito anteriormente, esses não são problemas exclusivos da cidade de São José dos Campos, por todo o país os problemas resultantes da segregação sócio espacial promovida pelo sistema capitalista é algo notório. No campo da habitação,

apontados pelo Plano Diretor de 2006, para observar os indicadores que a cidade de SJC possuía nas questões econômicas e sociais no momento da ocupação do Pinheirinho, no início de 2004.

⁴¹ Cruz, Diego. Drama de quem não tem onde morar; O outro lado do déficit. Opinião Socialista, edição n°386, São Paulo, 2009.

o problema é o resultado também de um século de ineficientes iniciativas políticas por parte dos Governos para os setores mais pobres da sociedade, aqueles que são excluídos do processo de produção, que estão à margem da obtenção de qualquer tipo de renda, ou são mal remunerados, estando assim mais sucessíveis e vulneráveis a encarar problemas de falta de moradia, entre outros.

Tudo isso são apenas elementos para justificar o porquê centenas de famílias, de maioria desempregada e sem moradia na cidade de São José dos Campos, no ano de 2003, resolveram se organizar para iniciar uma das batalhas mais difíceis da atual sociedade capitalista, a de lutar por seus direitos, no caso, um direito elementar, democrático, definido por COURBUSIER (1933)⁴² como uma “função social da cidade”, o direito de habitar.

3.1 A história da maior ocupação urbana da América Latina e o papel que cumpriu a justiça brasileira no caso do Pinheirinho.

A ocupação do Pinheirinho começou de fato em 2004, com 150 famílias vindas de outras ocupações em São José dos Campos e Região, criadas pelos sem teto diante das parcas políticas de habitação e de regularização fundiária na cidade. No final de 2003, essas famílias se cansaram de esperar as promessas da prefeitura e ocuparam 150 casas da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), no Campo dos Alemães⁴³, localizado na região sul da cidade de São José.

Todavia, os moradores foram expulsos do local e como não tinham para onde ir ocuparam novamente outra área, dessa vez um campo de futebol conhecido como "Campão do Campo dos Alemães". Nesse momento, que pode ser considerado como o momento de surgimento do Pinheirinho, os sem teto já somavam cerca de 240 famílias. A prefeitura prometeu cadastrar todas essas famílias nos programas

⁴² Courbusier, Le. Carta de Atenas. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/Edusp, s/d.

⁴³ Pinheirinho: Um Relato Preliminar da Violência institucional. São Paulo, 2012. Elaborado a partir de depoimentos coletados junto aos ex-moradores e material fornecido pelo grupo de apoio aos desabrigados, em especial as contribuições de: Sindicato dos Metalúrgicos de SJC, Fórum de Lutas do Vale do Paraíba, Unidos para Lutar, Mandato de Wagner Balieiro, Mandato de Carlisinhos Almeida, Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional SJC.

habitacionais em troca da desocupação do Campão. Somente em 2010, um cadastramento (que não foi um cadastramento em nenhum programa habitacional) dos moradores de Pinheirinho foi concluído pela Prefeitura de São José dos Campos⁴⁴.

O terreno ocupado pertencia à massa falida⁴⁵ da Selecta, empresa de Naji Nahas⁴⁶, que ficou conhecido ao ser denunciado por especulação e fraudes em operações de ações da Vale (ex-Vale do Rio Doce), do Banco do Brasil e da Petrobras (vide Figura 4). Nahas chegou a ser preso em 1989, quando havia montado um império de quase 30 empresas agrupadas na “Holding Selecta Indústria e Comércio”⁴⁷, e novamente em 2010, dessa vez acusado de chefiar uma organização criminosa, durante a Operação Satiagraha da Polícia Federal⁴⁸. A Selecta é suspeita de

⁴⁴ Ídem.

⁴⁵ Massa falida - Acervo de bens e obrigações do falido, segundo as definições do site www.saberjuridico.com.br, acessado no dia 29 de outubro de 2012.

⁴⁶ Naji Robert Nahas é um empresário, atuando como comitente de grande porte na área de investimentos e especulação financeira. Nasceu no Líbano e mais tarde recebeu cidadania brasileira. Chegou ao Brasil no começo da década de 1970 com cinquenta milhões de dólares para investir e montou um conglomerado de empresas que incluía fábricas, fazendas de produção de coelhos, banco, seguradora e outros. Tornou-se nacionalmente conhecido depois de ter sido acusado como responsável pela quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1989. Informações divulgadas pela revista online Istoé Dinheiro, divulgadas no portal www.terra.com.br/istoedinheiro. Acessado no dia 15 de novembro de 2012.

⁴⁷ De acordo com reportagem da revista Veja de 1997 (Título: Promissória Ambulante), Nahas tomava emprestado de bancos e aplicava na bolsa de valores, fazendo negócios consigo mesmo por meio de laranjas e corretores, inflando as cotações. Ante grandes valorizações de ações, os bancos pararam de lhe emprestar, causando quebra em cascata na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que nunca se recuperou totalmente. Após todos os processos referentes a este caso terem sido julgados, foi absolvido de todas as acusações. Matéria acessada no portal www.veja.abril.com.br, no dia 15 de novembro de 2012.

⁴⁸ A Polícia Federal prendeu, por ordem decretada pelo juiz federal Fausto de Sanctis, da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo especializada em crimes financeiros e lavagem de dinheiro, no dia 8 de julho de 2008, o empresário Naji Nahas numa operação denominada *Satiagraha* (palavra que significa resistência pacífica e silenciosa), que foi uma operação contra o desvio de verbas públicas, a corrupção e a lavagem de dinheiro. Nahas foi preso em sua residência na manhã do dia 8. Segundo os advogados dos acusados a prisão seria "arbitrária e desnecessária". Nessa operação, Naji Nahas foi preso juntamente com o banqueiro Daniel Dantas, dono do grupo Oportunity. Reportagem

falência fraudulenta por ter decretado concordata para fugir de um rombo de US\$ 40 milhões. Sua dívida chega a R\$ 15 milhões apenas para o município de São José dos Campos em impostos atrasados. Outro grande credor da Selecta é o governo federal.



Figura 4

Fonte: Publicação eletrônica do jornal O Vale, São José dos Campos (SP)⁴⁹. (15 de janeiro de 2012, disponível em <http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/invasores-estocam-gasolina-especialista-reprova-tatica-militar-1.206882>, acessado em 07 de setembro de 2012).

Segundo o princípio da função social da propriedade urbana, definido nos artigos 5º, 170º e 182º da Constituição Federal brasileira, o terreno ocupado seria passível de desapropriação com vistas à implantação de programa habitacional, que beneficiaria

publicada no portal www.uol.com.br/noticias no dia 8 de julho de 2008. Acessado no dia 15 de novembro de 2012.

⁴⁹ Nota do autor: Infelizmente os movimentos sociais que se organizavam em solidariedade ao Pinheirinho não possuem qualquer registro cartográfico, imagem de satélite, fotos aéreas ou outros tipos de registro que cartográficos e cadastrais que possam ser utilizados nesse trabalho.

não só as famílias ocupantes como outras. Entretanto, nem o governo municipal nem o federal, principais credores da Selecta, tomaram ações definitivas neste sentido, apesar das inúmeras promessas.

O Censo mais “preciso” na comunidade do Pinheirinho, foi o levantamento feito pelos moradores, contando com o apoio da CSP-CONLUTAS, uma central sindical e popular que atuava na comunidade em parceria com o Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST). Segundo dados, na comunidade havia quase nove mil moradores e um quantitativo de pouco menos que duas mil famílias. Porém, segundo a prefeitura municipal de SJC os números se diferem um pouco. (vide Figura 5).

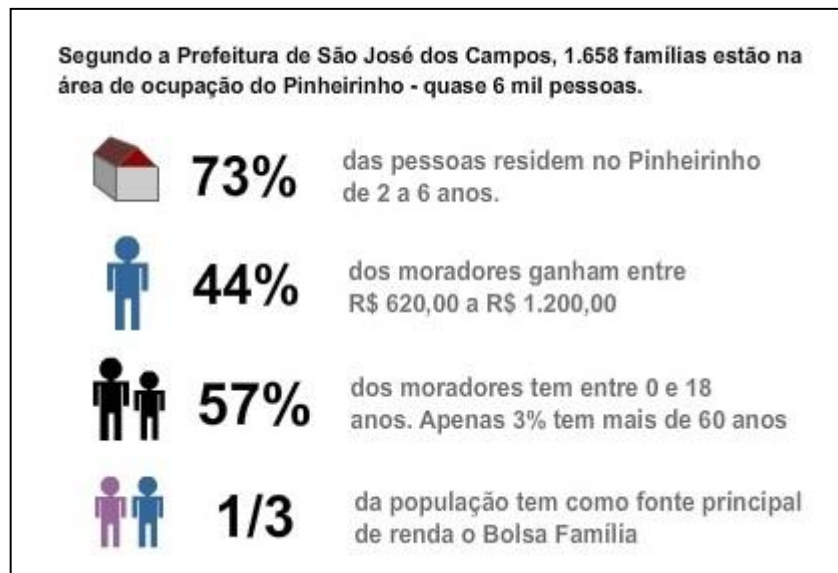


Figura 5

Fonte: Dados da prefeitura de SCJ publicados no site de notícias www.vnews.com.br. (Assunto Pinheirinho invade as redes sociais na internet nesta manhã, matéria do dia 17 janeiro de 2012, acessada em 09 de setembro de 2012)

Independentemente dos “confrontos” de informações em relação ao Censo da comunidade, um fato incontestável é o de que a comunidade, durante quase oito anos se multiplicou, e muito. Outro fato incontestável é o de que as casas receberam melhorias a partir dos esforços dos moradores (a maioria eram de materiais improvisados, haviam poucas casas de alvenaria), desenvolveu-se um comércio local, foram estabelecidas igrejas de vários seguimentos religiosos e atividades sociais foram desenvolvidas por apoiadores como sindicatos (principalmente o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, filiado a CSP-CONLUTAS), apoio de partidos de oposição de esquerda aos governos Lula e Dilma

(principalmente o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU), entidades estudantis, associações religiosas e profissionais, etc.⁵⁰

Toda essa consolidação se deu apesar da falta de investimento público básico, como saneamento, pavimentação, redes de luz, água e esgotos, etc. O movimento sem teto, enquanto isso procurava permanentemente estabelecer canais de diálogo com os governos federal, estadual e municipal, visando à regularização da área. Aqui é importante salientar que em oito anos de ocupação, nenhuma obra pública foi concedida à comunidade do Pinheirinho visando melhorar as condições de vida daqueles moradores⁵¹.

Por conta de toda essa resistência e força dos moradores/lutadores, a capacidade de se organizar, o apoio de entidades outras do movimento social brasileiro e, obviamente, o quantitativo de pessoas ocupadas e a área do terreno (cerca de 1,3 milhões de m²), a ocupação do Pinheirinho ficou conhecida no mundo todo como sendo uma das maiores ocupações urbanas do mundo, e a maior de toda a América Latina.⁵²

Mas, de pano de fundo, ainda existia a luta judicial. Em junho de 2011, no processo de reintegração de posse que corre na Justiça Estadual, a juíza da 6.^a Vara Cível de São José dos Campos, a Sr^a Márcia Loureiro recebeu um pedido da Selecta para que fosse marcada data de realização de audiência de instrução e, apesar de se tratar de posse velha, a juíza determinou a reintegração liminar da área. Essa decisão desconsiderou dois fatos. O primeiro é o de que as famílias já se encontravam no local há oito anos, algo já mencionado, e que ali constituíram um verdadeiro bairro. O segundo elemento é o de que havia todo um espectro criado de que no local haveria iniciativas governamentais de regularização fundiária⁵³.

⁵⁰ Documentário “Somos Todos Pinheirinho”. TV PSTU, São Paulo, 2012.

⁵¹ Ídem.

⁵² Ídem.

⁵³ Vídeo: A Ocupação do Pinheirinho por Toninho (Antônio Ferreira, o Toninho. Líder da comunidade e advogado do Pinheirinho). Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=bdHLz2toefY>, adicionado ao portal no dia 20 de outubro de 2012, visualizado no dia 01 de novembro de 2012.

As três esferas de governo discutiram um Protocolo de Intenções que detalhava a participação federal, estadual e municipal no processo de regularização⁵⁴. O Governo Federal proporcionaria a desapropriação da área, enquanto que o Governo Estadual planejava a implantação da infraestrutura urbana - o Secretário Estadual de Habitação, Silvio Torres, inclusive, já havia visitado o local. O Município, por sua vez, havia autorizado e realizado o cadastramento das famílias.

Apesar de todo esse quadro favorável à permanência dos moradores, a juíza Márcia Loureiro manteve a decisão de reintegração de posse, dando parecer favorável a Selecta, embora reconhecesse que faltava apenas o aval da prefeitura municipal, que ainda analisava a proposta⁵⁵. Segundo a juíza no seu dissídio:

“(…)Por fim, vejo que o foro político, ainda que envolva o Ministério das Cidades, não é suficiente para afastar a competência do Juízo Estadual que já determinou a desocupação da área (6ª Vara Cível local), e que não vê motivos para dilação do prazo de cumprimento da ordem, como requerido pelo Ministério das Cidades. Não pode esta Justiça Federal sobrepor-se àquela ordem sem prova do interesse jurídico federal na área e, como já dito, o interesse que existe é apenas político, e não jurídico. Diante deste quadro, AFASTO A UNIÃO DO PÓLO PASSIVO DO FEITO, por falta de legitimidade ad causam, E, COM ISSO, DECLARO-ME INCOMPETENTE PARA CONHECIMENTO E PROCESSAMENTO DO FEITO, DETERMINANDO SUA REMESSA À 6ª VARA CÍVEL DA JUSTIÇA ESTADUAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, preventa nesta causa de pedir. Casso a liminar concedida, diante da incompetência deste Juízo.

⁵⁴ Autos nº 0000499-66.2012.403.6103 da ação civil pública movido pelo Ministério Público Federal contra a União Federal, o Estado de São Paulo e o município de São José dos Campos em janeiro de 2007 diante da omissão das mesmas esferas em assegurar o cumprimento da política pública urbana e assegurar também o respeito a direitos fundamentais como o direito de moradia dos ocupantes. O processo foi julgado ilegítimo e considerado extinto pelo então juiz substituto Bruno Cezar da Cunha Teixeira, em janeiro de 2012. Disponível em www.jfsp.jus.br, site da Justiça Federal, seção judiciária de São Paulo. Acessado no dia 11 de outubro de 2012.

⁵⁵ Reportagem do portal V News, afiliada da Rede Globo na Região de SJ: “Juiz derruba liminar e reintegração de posse do Pinheirinho está mantida (SP)”. 17 de janeiro de 2012, acessada no dia 07 de setembro de 2012, disponível www.vnews.com.br.

Proceda a Secretaria como necessário, com baixa na distribuição(...)"

Na madrugada do dia 16 de janeiro de 2012, notícias apontam que a força policial já se posicionava para executar a reintegração, a juíza federal substituta Roberta Monza Chiari deferiu liminar determinando às forças estaduais de segurança que não promovessem a desocupação, já que foi reconhecido o interesse da União no processo de regularização do local e a inexistência de motivos concretos para a realização apressada de um ato de remoção.⁵⁶

As tropas, com seus blindados, metralhadoras, bombas e cães, retrocederam. Embora o juiz titular da 3ª Vara Federal, Carlos Alberto Antonio Júnior, tenha revisto essa decisão, alegando a incompetência da Justiça Federal e restabelecendo a ordem de reintegração, no dia 19 de janeiro do mesmo ano, o Tribunal Regional Federal – 3ª Região, através da relatoria do desembargador Antônio Cedenho, reverte essa decisão ao reconhecer o interesse jurídica da União na causa. Com isso, foi restabelecida a decisão liminar que havia suspenso qualquer ato forçado de desocupação.

Paralelamente, ao nível da justiça estadual, por iniciativa de parlamentares do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de São Paulo, com a participação das partes do processo (Selecta e moradores), buscou-se um acordo que resultou na suspensão do processo pelo prazo de quinze dias, segundo decisão do juiz titular da 18ª Vara Cível de São Paulo, o Sr Luiz Bethoven Giffoni, proferida no dia 18 de janeiro de 2012, visando à concretização do acordo de regularização entre as esferas governamentais. Vale frisar que apenas a prefeitura resistia a concluí-lo.⁵⁷

As decisões judiciais dos dias 18 e 20 de janeiro foram vistas como uma vitória para o movimento sem teto, que vinha se preparando para resistir à reintegração. A festa comemorativa atravessou a noite do dia 21 para o dia 22. Diversas lideranças do Pinheirinho, assim como várias outras autoridades políticas de sindicatos e partidos políticos estavam no local para celebrar esse momento com os moradores.

⁵⁶ Pinheirinho: Um Relato Preliminar da Violência institucional. São Paulo, 2012.

⁵⁷ Ídem.

Porém, “na calada da noite”, o Tribunal de Justiça de São Paulo (não obstante a decisão da 18ª Vara) e o governo estadual (não obstante sua participação nas negociações pró-regularização), somaram forças à prefeitura de São José e preparam a operação de despejo, que começou poucas horas após o fim das comemorações na comunidade.⁵⁸

O Juiz Rodrigo Capez foi selecionado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para acompanhar a ação como auxiliar do presidente do Tribunal, o desembargador Ivan Sartori. A resposta redigida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que fosse desconsiderada a decisão do TRF e autorizou às forças estaduais de segurança que enfrentassem uma possível resistência por parte da Polícia Federal

“Nesse contexto, e para preservar a autoridade da decisão de, e Tribunal de Justiça, instruo V. Ex a. a prosseguir na execução do decisório estadual, por conta e responsabilidade desta Presidência. Autorizo, para tanto, requisição ao Comando da Polícia Militar do Estado, para o imediato cumprimento da ordem da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, repelindo-se qualquer óbice que venha a surgir no curso da execução, inclusive a oposição de corporação policial federal. Somente passível de utilização quando de intervenção federal decretada nos termos do art. 36 da Constituição Federal e mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, o que inexistente.”⁵⁹

O pronunciamento da Presidência do Tribunal paulista configura um atropelamento flagrante da situação de conflito de competência, que obrigaria esperar por pronunciamento do Supremo Tribunal de Justiça, bem como a desconsideração da decisão judicial estadual do dia 18 do mesmo mês. O governo estadual, por sua vez, ciente das decisões conflitantes e envolvido como estava nas negociações, teria todas as condições de eximir-se de ordenar as polícias militar e civil a apoiar o cumprimento da ordem de reintegração, ainda mais num domingo, dia em que as famílias estão em repouso ou em funções religiosas.

Como nota, é importante destacar que posturas estatais arbitrárias em relação ao movimento de luta pela moradia de São José dos Campos são de longa data e um

⁵⁸ Ídem.

⁵⁹ Despacho proferido pelo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo no dia 21 de janeiro de 2010.

de seus casos mais conhecidos é a chamada "Lei Hayashi" - Lei Municipal Nº. 6.539, de março de 2004. O mencionado diploma legal, sancionado e aprovado pela Prefeitura, determina:

Art. 1º - O Poder Executivo deverá notificar todo aquele que invadir área pública ou particular, concedendo-lhe o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para desocupar o local, sob penas da Lei.

Art. 2º - Aquele que deixar de atender à notificação do Poder Executivo será desligado de todos os programas sociais do Município, inclusive habitacional, afora outras medidas legais adotadas.

Art. 3º - Se posteriormente ao desligamento o munícipe deixar a área invadida, haverá um prazo de carência de 6 (seis) meses para que readquira o direito de inscrição e participação em programas municipais.

Em maio de 2006, a lei é declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por violar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade:

"Patente à desproporção entre o fato da invasão e a pena infligida que, no mais das vezes, transcenderá a figura do invasor. Nesse contexto, também não se afigura razoável punir o invasor com a perda de benefícios sociais. Essa medida é por demais severa e não guarda relação equânime entre a sanção e o benefício social. A condição de invasor de área pública ou privada, não pode, de forma alguma, importar perdas de todos os benefícios sociais já conquistados na coletividade".⁶⁰

Mesmo essa lei tendo sido derrubada em 2006, é importante menciona-la nesse trabalho para demonstrar a existência de um setor extremamente reacionário na cidade de São José dos Campos, apoiados pelo setor Jurídico da cidade (representado na figura da juíza Márcia Loureiro), pela prefeitura da cidade (representada pelo prefeito Eduardo Cury do Partido Social Democrata Brasileiro, o PSDB) e pelo também Governo do Estado de São Paulo (representado pelo Governador Geraldo Alckmin, também do PSDB), que demonstram não estar muito

⁶⁰ Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 125.738/0-0.

preocupado com as questões levantadas pelos movimentos sociais, como os de luta pela moradia⁶¹.

O Pinheirinho estava localizado em um terreno extremamente valioso para a especulação imobiliária. Possuía uma auto organização que servia de espelho para todo mundo, e ainda tinha a sua luta apoiada por setores importantes do movimento social brasileiro como sindicatos e partidos políticos de esquerda. Esses são os principais elementos caracterizados e apontados nesse trabalho monográfico para apontarem o porque a comunidade do Pinheirinho foi massacrado, e sucumbiu diante dos setores mais reacionários da sociedade brasileira.

3.2 O massacre: o dia em que um gigante sucumbiu.

A ordem de reintegração começou a ser executada aproximadamente às cinco e meia da manhã do dia 22, poucas horas após o fim da comemoração da suspensão pelos moradores. Entretanto, muitos moradores relataram que, no começo, a presença e a ação policial no Pinheirinho estavam sendo vista como uma "operação pente fino". Segundo relatos, os policiais teriam informado, naquele primeiro momento, que estariam na comunidade para executar uma ordem de busca e apreensão. As pessoas seriam checadas para averiguar se havia alguma ordem de prisão contra a pessoa ou se a mesma portava, por exemplo, drogas ou armas de fogo, o que fundamentaria uma detenção imediata. Nesse momento, todos foram orientados a entrar nas suas casas. Até esse momento, era o Batalhão de Choque quem estava na linha de frente da operação.⁶²

Nesse primeiro momento, começava a truculência policial. Quem se recusasse a entrar em casa, era recebido com balas de borracha e bombas de gás pelo Batalhão de Choque. Com a chegada do resto da Polícia Militar, por volta das onze da manhã, a situação assumiu outra feição. A partir de então, os moradores foram obrigados a sair de suas casas, sob fortes ameaças por parte dos policiais, e o fato de que se tratava de uma desocupação - e não de uma busca e apreensão - ficou evidente.

⁶¹ "Deputados denunciam manobra de má-fé do governador Alckmin", matéria publicada no portal da revista Carta Capital no dia 22 de janeiro de 2012, acessada em 07 de setembro de 2012, disponível no site www.cartacapital.com.br.

⁶² Documentário "Somos Todos Pinheirinho". TV PSTU, São Paulo, 2012.

Em regra, os moradores não puderam retirar seus bens nesse momento. A polícia os orientou a sair de casa sem levar nada, exceto a roupa do corpo e, por vezes, mas nem sempre, documentos⁶³.

Moradores e ativistas de movimentos sociais, que se encontravam na cidade há cerca de uma semana, apoiando os sem-teto e aguardando o desfecho da batalha jurídica e políticas em torno do despejo imediatamente começaram a registrar e divulgar por sites e redes sociais da Internet, imagens de policiais fazendo uso abusivo de violência contra moradores desarmados, utilizando indiscriminadamente bombas de gás, spray de pimenta e projéteis de borracha. Algumas imagens mostraram guardas municipais empunhando armas com munição letal. Como relatou o jornal britânico “The Guardian”⁶⁴, somente após e devido essa mobilização de informação alternativa, a mídia corporativa brasileira começou a divulgar algumas imagens e relatos da brutalidade das forças policiais na operação.

Aqui vale mencionar que segundo matérias publicadas pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o presidente nacional desse partido e reconhecido líder sindical José Maria de Almeida, o Zé Maria ficou preso junto com o Senador do estado de São Paulo, Eduardo Suplicy (PT), o Deputado Estadual Ivan Valente (PSOL) o presidente na época do sindicato dos metalúrgicos da cidade, Luíz Carlos Prates, o “Mancha” com alguns outros ativistas em uma escola, próximos a comunidade, sitiada pela polícia militar⁶⁵.

No próprio dia do despejo, o acesso à área das operações foi fortemente restringido, parlamentares, autoridades federais e ativistas sociais que tentaram aproximar-se dos desabrigados foram agredidos e a imprensa era “guiada” pela polícia, fato que se repetiu nos dias seguintes⁶⁶.

⁶³ Cerdeira, Bernardo. Pinheirinho: Da luta por moradia a barbárie do capital. Correio Internacional n° 07, Ed. Lorca, São Paulo, 2012.

⁶⁴ “The fight against Brazil's Pinheirinho eviction can be an inspiration!”, material publicada no portal do jornal britânico, The Guardian no dia 23 de janeiro de 2012, visualizado no dia 15 de setembro de 2012, disponível em www.guardian.co.uk.

⁶⁵ Documentário “Somos Todos Pinheirinho”. TV PSTU, São Paulo, 2012.

⁶⁶ “Polícia restringiu acesso da imprensa durante operação”. Matéria realizada pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 22 de janeiro de 2012, acessado no dia 15 de setembro de 2012, disponível em www.folha.uol.com.br.

Sindicatos, organizações sociais e indivíduos que tentaram acesso ao Instituto Médico Legal e aos hospitais para obter informações sobre desaparecidos também foram obstruídos. O IML negou acesso ao livro de registros de entradas de corpos, e no Hospital Municipal da Vila Industrial a informação só era passada pela assessoria de imprensa, que negava a entrada de feridos, embora muitas pessoas tenham testemunhado intenso movimento de ambulâncias e viaturas policiais no dia do despejo⁶⁷.

Segundo o jornalista Jean-Philip Struck, da Folha de São Paulo, no dia 22 de janeiro, todas as ruas que cercam o terreno foram bloqueadas pela polícia e ninguém podia entrar, sobre o pretexto de essa ser uma “medida de segurança”. No dia 23 a polícia restringiu a entrada de jornalistas, e somente houve um “tour” programado que durou poucos minutos. Os jornalistas não podiam entrevistar os moradores, só registrar imagens, mesmo assim de forma parcial. O transporte dos jornalistas era feito exclusivamente em viaturas policiais até o dia 24. Também no centro de triagem a prefeitura controlava a entrada de jornalistas. A circulação da imprensa tornou-se livre somente no dia 25, quando a polícia retirou-se da área⁶⁸.

As brutais imagens correram o mundo: mulheres carregando seus filhos, fugindo de tropas policiais que atiravam balas de borracha e bombas de gás, tendo ao fundo pobres casas de alvenaria ardendo em chamas. Moradores expulsos com violência, feridos e presos, alguns desaparecidos, famílias amontoadas em ginásios e escolas, que eram chamados de “abrigos”, mas se pareciam mais a campos de concentração sem alimentação adequada e condições sanitárias dignas.

Os fatos divulgados publicamente desde então são suficientes para caracterizar violações em massa cometidas durante o despejo. A OAB federal, a relatoria sobre moradia da ONU e o próprio governo federal (que poderia ter agido muito antes e com muito mais empenho para evitar o despejo brutal) já se pronunciaram neste sentido. Entretanto, o caso é muito mais grave, pois envolveu conflitos sérios entre as esferas federal e estadual, ao nível do judiciário e do executivo, tratamentos degradantes aos despejados durante e após a operação, obstrução ao trabalho da imprensa e de organizações e instituições defensoras dos direitos humanos,

⁶⁷ Ídem.

⁶⁸ Ídem.

destruição e abandono ao saque dos bens das famílias despejadas por parte do poder público. Cenas de uma verdadeira violação a quaisquer direitos humanos, cenas de um verdadeiro massacre.

Aqui vale apresentar uma triste informação de que durante o ato da desocupação, para além de toda a violência e humilhação proferida pela a polícia militar do governo de São Paulo, relatos de abuso sexual e roubos de pertences pessoais e valores financeiros foram registrados por diversos moradores da comunidade. Na cidade foi realizado, inclusive, um ato promovido por diversas organizações sociais repudiando a ação da PM e denunciando as agressões machistas proferidas na ação do despejo. Esse ato se somou aos diversos atos pelo país em alusão ao dia 8 de março, dia internacional da mulher⁶⁹.

3.3 Da maior ocupação urbana da América Latina à dispersão.

Em poucos dias máquinas derrubaram mais de mil e seiscentas casas que abrigavam quase nove mil pessoas e as transformam em destroços. Os poucos pertences dessas famílias foram destruídos à vista de todos.

Este é o retrato da desocupação do bairro Pinheirinho, por uma força de dois mil soldados da Polícia Militar estadual, além de vários cães, dois helicópteros e inúmeras viaturas. Um verdadeiro cenário de guerra. A nível de comparação, nem a “pacificação” da comunidade da Rocinha na capital Rio de Janeiro, em que se lutava contra o crime organizado, o aparato policial mobilizado foi tão grande quanto o que foi mobilizado para a desocupação de famílias no terreno do Pinheirinho. A brutal repressão provocou mobilizações de protesto em São José dos Campos e em diversas cidades do Brasil e do mundo, como aponta reportagem divulgada pela CSP-CONLUTAS⁷⁰:

“Ativistas e organizações tem organizado manifestações, muitas delas na frente das embaixadas brasileiras em seus

⁶⁹ “Vídeo: Ato do MTST no dia 8 de março de 2012”. Publicado no dia 08 de março de 2012, visualizado no dia 15 de setembro de 2012 em www.youtube.com/watch?v=7MygLqOV_zE.

⁷⁰ “Moradores do Pinheirinho recebem manifestações de apoio em diversos países”. Reportagem do dia 01 de fevereiro de 2012, visualizada no dia 15 de setembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br.

respectivos países. Já ocorreram protestos na Alemanha, Espanha, Itália, França, Paraguai, Argentina, Portugal, EUA, Inglaterra, Irlanda, Escócia, Ucrânia, Rússia, El Salvador, Costa Rica, Japão, Haiti, Venezuela, Honduras, e ainda aguardamos mais manifestações de repúdio à violência contra os moradores do Pinheirinho e a exigência de que haja a desapropriação do terreno de onde foram expulsos e que este volte para as suas mãos.”

A agressão do governo do Estado de São Paulo, dirigido pelo PSDB, a famílias pobres que apenas lutavam para ter um lugar digno onde morar mereceu o repúdio de organizações de Direitos Humanos e do movimento social no Brasil e em todo o mundo, motivou Audiências Públicas no Senado brasileiro e na Assembleia Legislativa de São Paulo e levou juristas democráticos a apresentarem o caso a Corte Interamericana de Direitos Humanos e ao Tribunal Penal Internacional.

Não há dúvida: o caso do Pinheirinho trata-se de mais um capítulo da guerra social da burguesia brasileira contra os trabalhadores e os pobres. A campanha em defesa das famílias desalojadas, a solidariedade efetiva a elas e o apoio à sua luta por moradia continua, mesmo depois da desocupação. Mas é preciso também entender o que está por trás de todo esse episódio. Entender o que levou essas famílias a ocuparem esse terreno e o porque elas foram obrigadas a sair depois de oito anos. É necessário tirar conclusões sobre o porquê o Pinheirinho foi brutalmente desocupado enquanto que no país, mesmo que de maneira parca, o Governo Federal vem distribuindo títulos de propriedade a comunidades ocupadas.

4. As respostas do porque foi diferente no Pinheirinho.

Como já dito anteriormente, em 1848 o intelectual alemão Karl Marx afirmou em sua obra mundialmente conhecida como o Manifesto do Partido Comunista que “a história da sociedade é a história da luta de classes”. De fato essa afirmação de 1848 será sempre atual para se entender os desdobramentos cotidianos da economia, da política e da organização social como um todo. Todo dia a luta de classes se movimenta, todos os dias é possível observar poucos empresários e banqueiros lucrando mais e trabalhadores fazendo greves por melhores salários.

Atos, manifestações, guerras, derrubada de regimes políticos, enfim, todo dia a luta de classes se movimenta. Porém, existem dias que de fato entram para a história da

luta de classes, dias que ou são marcados por conquistas inéditas dos trabalhadores e pobres, ou são marcadas por massacres violentos dos protagonizados pelas instituições do Estado, ordenados pelos ricos.

O dia 22 de janeiro de 2012 é um dia marcante para a história da luta de classe por conta do massacre que aconteceu na ocupação do Pinheirinho, na cidade de São José dos Campos (SP) promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, ordenado pelo Governo do Estado, a partir de uma ação de reintegração de posse movida por um “bandido do colarinho branco” e deferido pela Justiça do Estado.

A partir da descrição do caso e a observação e análise de tudo o que nele está envolvido, torna-se possível se chegar às conclusões inerentes à experiência do Pinheirinho.

A primeira conclusão desse trabalho científico é a de que os direitos democráticos jamais serão assegurados para toda a população enquanto a sociedade estiver organizada em uma clara divisão entre classes sociais antagônicas e irreconciliáveis, onde uma domina a outra através do aparato ideológico e coercitivo do Estado.

No capitalismo, essa condição de impossibilidade se potencializa ainda mais, já que o sistema capitalista se baseia na manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Para se garantir o acesso a moradia a todos, faz-se necessário chocar-se com a estrutura da propriedade privada e com seus detentores. Enquanto houver um Estado que proteja as propriedades privadas, a socialização das terras como um todo, e a necessidade de se garantir a função social da propriedade para toda a população jamais serão permitidas.

Desse modo, é importante afirmar essa primeira conclusão, o caso do Pinheirinho é mais um caso inerente do sistema capitalista, onde a luta por moradia torna-se então uma marca do modelo econômico vigente, uma resultante do sistema.

A segunda conclusão dessa monografia é de que, no Brasil, as lutas por moradia surgem como um resultado da combinação entre um sistema baseado na segregação entre diferentes classes sociais combinados com a falta de políticas públicas dos governos brasileiros no campo da habitação no século XX para os setores mais pobres. Em que pese que essa situação vem se modificando no século

XXI, as políticas seguem sendo insuficientes e deixando claro que novos Pinheirinhos surgirão.

Essas primeiras conclusões já foram afirmadas no decorrer desse trabalho científico, porém é necessário resgata-las nessa conclusão do trabalho. Outra conclusão que está implícito em relação ao tema é de que o caso do Pinheirinho foi diferente, no sentido de que o mesmo não conseguiu o seu registro de posse do terreno, por conta também do valor do terreno. Não existem cálculos oficiais que afirmem qual é o valor real dos quase 1,3 milhão de metros quadrados do terreno hoje pertencente a empresa Selecta. Todavia é fácil se deduzir que uma área desse tamanho, localizado em uma região com um forte poder econômico, em uma cidade onde está localizada muitas grandes empresas nacionais e multinacionais vale muito.

O valor do terreno é o resultado de mais de três décadas da especulação promovida pelo então dono do terreno. Não havia momento melhor para se reintegrar o terreno a seu patrimônio, já que o país vive um período econômico de crescimento, que culmina na vinda de vários investimentos econômicos e incorporação de novas multinacionais. Além disso, os megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 colocaram o Brasil como uma das nações com o melhor potencial para se investir, o que fez com que houve-se um aumento considerável nos preços gerais de imóveis e terrenos.

O caso do Pinheirinho também foi diferente por conta de uma conjuntura internacional diferenciada na luta de classes. O método marxista de análise da realidade necessariamente requer uma obrigação de analisar todo o contexto envolvido em um determinado caso.

Na Europa como um todo, milhares de trabalhadores e movimentos sociais estão tomando as ruas para protestarem contra os planos de austeridade promovidos pelo Fundo Monetário Internacional e pela União Européia para salvar os países da maior crise econômica já vista desde a crise de 1929, a nova crise que se inicia no final de 2008. São duros ataques que os governos e os capitalistas de plantão, junto com as multinacionais e os bancos estão proferindo desde então aos trabalhadores de toda a Europa, retirando inclusive direitos historicamente conquistados. Porém, os trabalhadores estão respondendo a isso, e indo para as ruas em atos, manifestações, greves gerais (como na Grécia, Espanha e Portugal).

Obviamente essa luta do proletariado mais tradicional do mundo, o europeu, inspira os movimentos sociais do mundo inteiro. Um pouco distante da realidade europeia, outro cenário diferenciado da realidade brasileira, e surpreendente até para o manifestante social mais convicto chamou a atenção de todo mundo, e ficou conhecida como a “Primavera Árabe”. Além de lutarem contra as condições impostas pelos reflexos da crise econômica na região, manifestantes do Egito, Bahrem, Líbia, Tunísia vem derrubando verdadeiras dinastias que contralavam essas nações e seus povos de maneira ditatorial a décadas, como no Egito, onde o ditador do exército Mubarak controlava o país a mais de trinta anos.

Desde o final de 2010 inúmeras mobilizações vem se espalhando pelo norte do continente africano, passando por regiões do Oriente Médio. Obvio que esses ventos que sopram do “oriente” chegam ao Brasil, e incentiva diversas organizações sociais e ativistas políticos a lutarem por seus direitos. Essa conclusão se confirma na prática quando se observa que a maioria das manifestações em apoio a ocupação do Pinheirinho existiram durante atos, manifestações e greves em diversos outros países. De fato, é uma conjuntura diferenciada para os movimentos sociais, e a comunidade do Pinheirinho também foi influenciada por ela.

Todavia, a conjuntura internacional pode influenciar os movimentos sociais em outros lugares, mas não podem modificar as conjunturas e a correlação de força local. Por conta disso, diferentemente dos outros lugares citados, o caso do Pinheirinho estava “desarmado” pois não contava com uma conjuntura nacional capaz de modificar a correlação de força das classes no país. Por isso, para a burguesia, foi “fácil” desocupar a comunidade do Pinheirinho, e era necessário fazer isso.

A quarta conclusão surge da tentativa de se explicar sobre o porque era necessário acabar com a comunidade do Pinheirinho. A comunidade do Pinheirinho era a maior ocupação urbana da América Latina, possuía uma auto organização que fazia com que semanalmente houvessem reuniões dos setores e assembleias gerais na comunidade. Os moradores do Pinheirinho não lutavam somente por moradia, mas se posicionavam diante de uma série de questões políticas e sociais do município e do país.

A comunidade possuía uma auto organização tamanha, que fazia com que os moradores estivessem presentes em diversas mobilizações na cidade, seja apoiando as greves dos metalúrgicos da região, seja nas mobilizações e nos atos contra o aumento dos salários dos vereadores de São José dos Campos. Ou seja, os moradores do Pinheirinho não lutavam só por moradia, mas incomodavam a burguesia e os políticos locais que queria enriquecer a dentro da carreira política. Por isso também o Pinheirinho foi desocupado, e diante da luta judicial, a Justiça local e estadual, os governos local e estadual e a mídia burguesa ficaram a favor do megaespeculador e bandido Naji Nahas, pois, para a burguesia brasileira era necessário acabar com a experiência do Pinheirinho, inclusive para evitar que essa experiência se espalhe para o conjunto dos movimentos populares brasileiros.

A última conclusão dessa monografia sobre o caso do Pinheirinho é de que não era apenas necessário se acabar com a experiência do Pinheirinho. Para a burguesia brasileira era necessário massacrar e dizimar qualquer “lição” que os moradores do Pinheirinho deixaram para todo o mundo. Era necessário massacra a comunidade não só pelo tamanho da ocupação, pela organização dos moradores e pela unidade com outros setores do movimento social, era necessário massacrar a experiência do Pinheirinho por conta dos movimentos que apoiavam, construíam e dirigiam a ocupação do Pinheirinho.

Como já citado anteriormente, diversas organizações do movimento social brasileiro atuavam na comunidade, principalmente movimentos populares, organizações sindicais e partidos políticos que fazem parte da considerada esquerda revolucionária brasileira. Que a nível municipal e estadual faziam oposição a direita tradicional representada pelo prefeito Eduardo Cury (PSDB) e pelo Governador Geraldo Alckmin (PSDB), mas que também fazia oposição a nível federal ao governo do Partido dos Trabalhadores.

Ou seja, era necessário para a burguesia afirmar que o projeto político que esses grupos fomentam (o de ruptura com o capitalismo) era inadmissível, e que os moradores do Pinheirinho são a prova de que a direção dessas organizações vão levar os trabalhadores a derrota, como no caso do Pinheirinho. Não obstante o governo federal se calou diante do acontecimento, não expropriou o terreno (algo que poderia ter sido feito), e simplesmente se pronunciou na voz da presidenta da

república afirmando que o que aconteceu na desocupação do Pinheirinho foi uma tragédia, mas que não vai interferir na política do estado de São Paulo.

A principal arma utilizada pela burguesia nacional foi a mídia oficial e a imprensa corporativa do Brasil. Diariamente uma série de reportagens causavam repúdio aos moradores do Pinheirinho por verem mentiras sendo noticiadas, como por exemplo as afirmações de que não houveram agressões e que a desocupação foi feita de maneira pacífica.

De maneira incontestável o que aconteceu naquele terreno na cidade de São José dos Campos vai ficar para sempre registrado na história da luta de classes do Brasil e do mundo. De fato a comunidade foi derrotada, o terreno foi reintegrado aos bens de um especulador e as muitas das famílias estão até hoje tentando conquistar o direito de ter uma moradia.

Não há dúvidas de que a burguesia venceu essa batalha contra os moradores do Pinheirinho, porém, assim como os ventos que sopram da Zona do Euro e da Primavera Árabe, a experiência do Pinheirinho também ensinou a toda uma geração de lutadores e lutadoras do movimento social brasileiro, seja ele por moradia ou qualquer outra questão, de que o único instrumento capaz de mudar por completo a realidade de um sistema injusto e desigual é a luta.

5. Referências

Althusser, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1978.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

_____. **O Eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. Lisboa: Edições Dinossauro. 1999.

ANDERSON, Perry. **“Balanço do Neoliberalismo”**. in SADER, E. & GENTILI, P. (orgs) Pósneoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Andrade, Luis Aureliano G. de. **Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

ARBEX JR, José e TOGNOLLI, Cláudio Júlio. **O século do Crime**. São Paulo: Boitempo, 1996.

BAGÚ, Sergio. **Marx-Engels: diez conceptos fundamentales**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

Bogo, A. **Lições da Luta pela Terra**. SA: Memorial das Letras, 1999.

Boito Jr, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

Cerdeira, Bernardo. **Pinheirinho: Da luta por moradia a barbárie do capital**. Correio Internacional nº 07, Ed. Lorca, São Paulo, 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996

Courbusier, Le. **Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/Edusp, s/d.

Cruz, Diego. **Drama de quem não tem onde morar; O outro lado do déficit**. Opinião Socialista, edição nº386, São Paulo, 2009.

Dagnino, E. (Org). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Denaldi, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

Engels, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **O Processo Global da Economia Capitalista**, terceiro livro de “O Capital”, 1894.

Felippe, Wilian. **Origem e fim das classes sociais**. Jornal Opinião Socialista, edição nº172, PSTU, São Paulo, 2004.

Fernandes, B. M. **Gênese do Movimento do MST**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1998.

Fernandes, Florestan: **O Roteiro da Pobreza**, acervo online da Folha de São Paulo, 1995.

Freire, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002,

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Iasi, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Lenin, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2005.

Maricato, Erminia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In: Arantes, O. et al. **A cidade do pensamento único. A política habitacional do regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987

Maricato, Erminia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**, Biblioteca virtual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1997.

Martins, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.

MARX, Karl. **O capital. Coleção Os economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Mandacaru, 1989. [Tradução de Maria Helena Barreiro Alves]

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974. [Seleção de José Arthur Giannotti]

_____. **Manuscritos Económicos Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1975.
[Tradução de Artur Morão, tomando como base na seleção de TB Bottomore]

_____. **“Prefácio Para a Crítica da economia Política”** in Karl MARX.
Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Coleção Os
Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974, p. 135-136.

Moreno, Nahuel. **As Épocas e Etapas da Luta de Classes**. As Revoluções do
Século XX, Editora Sundermann, São Paulo, 2006.

Pechman, Robert M.; Ribeiro, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão da moradia**.
Coleção primeiros passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense. 1983.

Pinheirinho: Um Relato Preliminar da Violência institucional. São Paulo, 2012.

Sell, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber [e] Marx**. 3. ed.
Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

Souza, M. T. **O programa de cooperativas habitacionais do BNH: o
cooperativismo inventado**. São Paulo: FAUUSP, 1999.

DOCUMENTÁRIOS E VÍDEOS:

Documentário “Somos Todos Pinheirinho”. TV PSTU, São Paulo, 2012.

Vídeo: A Ocupação do Pinheirinho por Toninho (Antônio Ferreira, o Toninho.
Líder da comunidade e advogado do Pinheirinho). Disponível em
<http://www.youtube.com/watch?v=bdHLz2toefY>, adicionado ao portal no dia 20 de
outubro de 2012, visualizado no dia 01 de novembro de 2012.

6. ANEXOS

6.1 REPORTAGENS

A sabedoria popular ensina que “uma imagem vale mais que mil palavras”. Obviamente, essa é uma maneira lúdica de expressar o quanto fotografias, desenhos e reportagens apresentam de maneira mais esclarecida e evidente os fatos que ocorreram na realidade, determinando assim, o lado mais “verídico” dos distintos argumentos e posicionamentos referentes a determinados casos.

O episódio da desocupação do Pinheirinho foi um capítulo da história dos movimentos sociais e das políticas habitacionais no país, mas assim como qualquer outro episódio da realidade, gerou diversas interpretações e distintos posicionamentos. Por um lado, a Juíza Márcia Loureiro (que concedeu o parecer favorável à reintegração de posse da área do Pinheirinho) afirmou que “a Polícia Militar do Estado de São Paulo cumpriu o mandato de reintegração de posse de maneira exemplar”, por outro lado, moradores denunciaram a violência da desocupação do terreno.

O Governador do estado de São Paulo e o prefeito da cidade de São José dos Campos elogiaram a ação policial, enquanto diversas organizações do movimento social afirmam que houve no caso do Pinheirinho um verdadeiro massacre. Para além de tudo, faz-se necessário demonstrar também o quanto o caso do Pinheirinho repercutiu por todo o mundo, levando diversas organizações sociais a se manifestarem a favor da luta do Pinheirinho, se solidarizando com a luta dos moradores e denunciando o processo violento da reintegração de posse.

Qual foi o posicionamento do Governo Federal sobre o caso? Quem era de fato o dono do terreno Naji Nahas? O que afirmam os moradores do Pinheirinho? Todas essas perguntas que de fato podem ser melhor respondidas a partir de uma série de reportagens e matérias da mídia oficial e institucional brasileira, assim como a mídia considerada “não oficial”, pertencente aos movimentos sociais.

Por conta do conteúdo polêmico deste trabalho, por toda a discussão e necessariamente pelas conclusões apresentadas, faz-se necessário apresentar uma série de anexos a esse trabalho, objetivando assim demonstrar de maneira mais concreta o que aqui foi produzido.

Reportagem 1: “Questão fundiária de Pinheirinho começou com empresa de Naji Nahas”⁷¹

A expulsão à força dos moradores de uma área ocupada em São José dos Campos (SP) trouxe à tona um personagem conhecido das páginas sobre escândalos financeiros e policiais: o ex-megaespeculador Naji Nahas.

No caso do assentamento Pinheirinho, Nahas surge indiretamente como pivô de confusões, marca de sua biografia nos últimos 23 anos, graças a pendengas na Justiça.

O terreno ocupado por quase 6 mil famílias pertence oficialmente à Selecta, holding que englobava 27 empresas pertencente a Naji Nahas desde 1981. A Selecta, e o império de Nahas, começaram a ruir a partir do fim dos anos 1980.

Os representantes dos moradores do assentamento argumentam que a Selecta se apropriou indevidamente das terras, que antes pertenciam a um casal de alemães assassinado em 1969.

O caso Pinheirinho é só mais um na longa lista de problemas de Naji Nahas. Libanês de família oriunda do Egito, Nahas casou com uma brasileira nos anos 1960 e aportou no País trazendo ao menos 50 milhões de dólares para investir. Começou com a criação de cavalos e coelhos. Terminaria a década seguinte como um dos grandes nomes do investimento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e figura fácil das colunas sociais. Na década de 1980, era a autêntica visão do capitalista vencedor: charuto na boca, roupas caras, amigos influentes, Rolls-Royces e muita, mas muita coluna social.

A figura pública de Naji Nahas começou a se deteriorar em 1989, com a quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que o teve como artífice. Nahas foi acusado de tomar dinheiro emprestado para negociar ações para si próprio por meio de laranjas.

Com as falsas negociações, conseguiu inflacionar o valor das ações até vendê-las a um preço lucrativo. A margem de lucro pagava os bancos a quem emprestou dinheiro e ainda embolsava a diferença. Quando os bancos perceberam a

⁷¹ Reportagem publicada no portal da revista Carta Capital, no dia 23 de janeiro de 2012. Acessada em 25 de novembro de 2012. Disponível em www.cartacapital.com.br.

artimanha, Nahas ficou sem o crédito e virou devedor de primeira grandeza na praça.

Quem embarcou na bolha junto com ele também ficou inadimplente. Seis empresas quebraram na sequência. A Bolsa carioca quase quebrou e nunca mais se recuperou até ser incorporada nos anos 2000 pela BMF e pela Ibovespa. Nahas fugiu da polícia por mais de três meses, até ser preso sob regime domiciliar.

A própria Justiça tomou decisões distintas nas sentenças. O primeiro veredito, posteriormente anulado, condenava Naji Nahas a quatro anos de prisão. O segundo, em 1997, a 24 anos e oito meses de prisão, além de multa de 730 mil reais. Em 2004, ele foi inocentado.

A partir do episódio, o nome Naji Nahas virou sinônimo de especulador topa-tudo e de ricoço falido que mantinha a pose nababesca. Mas seu nome só voltaria às manchetes anos depois, durante a Operação Satiagraha, da Polícia Federal.

Comanda pelo então delegado Protógenes Queiroz e autorizado pelo juiz Fausto De Sanctis, a Satiagraha visava quebrar um esquema de gestão fraudulenta de empresa, evasão de divisas públicas e sonegação fiscal envolvendo o publicitário Marcos Valério e o esquema de corrupção denominado Mensalão.

Conseguiu prender, além de Naji Nahas, o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e o baqueiro Daniel Dantas, dono do banco Opportunity.

Segundo a Polícia Federal, o esquema operava em dois núcleos distintos. O primeiro usava os recursos públicos desviados pelo esquema do Mensalão ao utilizar empresas de fachada, tudo, segundo a PF, sob a égide de Daniel Dantas. O segundo núcleo tinha a participação de Nahas, que fazia a lavagem de dinheiro em paraísos fiscais.

Nahas não se pronuncia sobre o caso

Reportagem 2: “O Pinheirinho é agora um pedaço de terra cercado”⁷²

Um terreno baldio, a perder de vista, é o que sobrou do assentamento Pinheirinho. Ainda cercado de pinheiros, o espaço se assemelha a um lixão, com pilhas enormes de entulho. Nenhuma casa de pé. Entre os pedaços de telha e alvenaria, emergem os restos de toda uma vida destruída: roupinhas de criança, brinquedos, folhas de calendário, secador de cabelo, privadas, chips de computadores, cadernos escolares, livros religiosos. A maioria chamuscada. No sábado 4 de fevereiro, a fumaça ainda exalava do amontoado de madeira.

Algumas poucas pessoas andam entre os entulhos. Mesmo assim, como que para marcar território e sem grandes sinais de qualquer ação para impedir intrusos, um grupo de homens sentados à sombra de um toldo improvisado alerta, quando se chega mais perto “Não pode entrar, não. É propriedade particular”. Até pouco tempo atrás um bairro da cidade, o Pinheirinho é agora mais um pedaço de terra cercado.

As famílias foram espalhadas por quatro abrigos em escolas da região. Uma quadra poliesportiva é o dormitório. Em volta do colchão, as pessoas reúnem os poucos pertences que conseguiram salvar da demolição. Algumas adolescentes experimentam qual sapato de salto alto da pilha de doações fica melhor nelas. Crianças passam perguntando onde estava o moço que distribui as balas, em meio a brincadeiras improvisadas para passar o tempo.

Depois da operação, as famílias do Pinheirinho contam sofrer todo tipo de estigma. Uma mulher reclama que não consegue matricular seu filho na escola, depois que disse ser ex-moradora do Pinheirinho. A estratégia da prefeitura para esvaziar os abrigos é oferecer aluguel social, traduzido em um cheque de 500 reais. Mas o morador só pode ter acesso ao dinheiro depois de comprovar que terá onde gastar. Muitos encontram dificuldade em fechar o contrato do aluguel por apenas seis meses, período em que a prefeitura garante o pagamento. Vários contam terem perdido os empregos, depois de aparecerem na televisão como os invasores do Pinheirinho. “Ficamos com todas as famas ruins: de baderneiro, invasor”, indigna-se uma das ex-moradoras no assentamento.

⁷² Roman, Clara. Reportagem publicada no portal da revista Carta Capital, no dia 08 de fevereiro de 2012. Acessada em 25 de novembro de 2012. Disponível em www.cartacapital.com.br.

Um homem deitado em seu colchão na quadra, tomando um copo de Eno – segundo ele, por causa da má qualidade da comida servida pela assistência social –, reclama de sua falta de sorte. Na fila de programas habitacionais do governo, quase foi sorteado duas vezes para uma moradia, mas perdeu por pouco. Agora, afirma sentir-se humilhado com o que o governo fez. Enquanto o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) realiza um levantamento junto aos moradores dos bens perdidos na demolição – os tratores da prefeitura não esperaram as famílias tirarem seus pertences – para uma possível indenização, ele declara não esperar mais nada da prefeitura.

Há um sentimento geral de tristeza e falta de perspectivas. Muita gente já foi embora. Alguns se hospedaram na casa de parentes, enquanto outros aceitaram da prefeitura a passagem só de ida para outros estados, onde têm família.

Mobilização

Às 18h do sábado 4, as pessoas começam a chegar na praça onde será a Assembleia. Alguns líderes sindicais já se reúnem em cima do caminhão que serve de palanque. Marrom, uma das principais lideranças do Pinheirinho, é aplaudido quando sobe no teto do veículo. Canta-se o hino da CSP-Conlutas, central sindical ligada ao PSTU.

A reunião tem cerca de 200 pessoas, mas aos poucos mais famílias começam a chegar. Uma mulher puxa um grito: “Aha, uhu, o Pinheirinho é nosso”, mas não é acompanhada. Canta o verso umas três vezes e depois desiste. “A gente quer voltar para o Pinheirinho?”, chama o homem em cima do caminhão. Um “sim” é a resposta geral, mas do meio da multidão, ecoam gritos de “não”.

Os líderes da Assembleia reforçam a ideia de que a união será a principal arma para conseguir desapropriar a área do assentamento e reinstalar a comunidade. Divididos em quatro alojamentos e dispersos pelos quatro cantos do país, reunir as 1600 famílias novamente está cada vez mais difícil. O assessor de um vereador da cidade explica: o processo de despejo de comunidades é feito constantemente em São José dos Campos, mas de modo sutil, aos pedaços. Assim, os bairros somem quase imperceptivelmente ao longo dos anos. O Pinheirinho, que possuía uma liderança muito forte e população organizada, permaneceu ‘inteira’. Até os dois mil policiais forçarem sua saída no dia 22 de janeiro.

Reportagem 3: “Comunidade do Pinheirinho foi agredida de ‘forma brutal’, diz secretário”⁷³

Brasília – O secretário nacional de Articulação Social, Paulo Maldos, manifestou nesta segunda-feira 23 indignação com a ação da Polícia Militar (PM) de São Paulo durante as tentativas de reintegração de posse na ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). Ontem (22), Maldos foi atingido por uma bala de borracha disparada por policiais militares após tentar dialogar com oficiais da PM.

Há dois dias que moradores e a PM estão em confronto por causa da reintegração de posse do terreno. A polícia atirou bombas de gás lacrimogêneo e disparou balas de borracha para conter as pessoas que resistiam à reintegração. “A comunidade de Pinheirinho foi agredida de forma brutal”, disse o secretário.

Maldos foi designado pela Secretaria-Geral da Presidência da República para dialogar com a comunidade e o governo do estado. “Fui ver as perspectivas para construir um programa habitacional para aquela comunidade. Fui passar o dia para conversar sobre a possibilidade de verticalização, construção de prédios”.

Quando chegou ao município, por volta das 8h desse domingo, o secretário foi informado de que havia forças policiais no local. Segundo ele, houve tentativa de diálogo com os policiais da Tropa de Choque da PM de São Paulo. “Ouvi os gritos dos policiais dizendo para eu voltar. Peguei um cartão da Presidência da República, mas recebi armas apontadas para mim”.

Após recuar e conversar com moradores, Maldos disse que a PM começou a lançar bombas de gás lacrimogêneo. De acordo com ele, não houve nenhum tipo de provocação dos manifestantes. “Estavam todos perplexos com aquela situação. Quando estava de costas, recebi tiros dados pela Tropa de Choque, que me atingiram na perna. Tenho militância há algumas décadas e é a primeira vez que sou agredido dessa forma”.

Desde o início da manhã de ontem (22), a PM cumpre uma ordem da Justiça Estadual para retirar cerca de 9 mil pessoas que vivem no local há sete anos e 11 meses. O terreno integra a massa falida da empresa Selecta, do investidor Naji

⁷³ Reportagem publicada no portal da Agência Brasil, no dia 23 de Janeiro de 2012. Acessada em 25 de novembro de 2012. Disponível em www.cartacapital.com.br.

Nahas. A Justiça Federal decidiu pela não desocupação do terreno, mas a polícia manteve a reintegração obedecendo ordem da Justiça Estadual.

Representantes da Secretaria de Direitos Humanos, que também estiveram no local, registraram imagens de outra ação imprópria da Polícia Militar. De acordo com o secretário, muitos moradores foram levados a uma igreja. Na noite de ontem (22), um carro da PM parou em frente ao local e atirou bombas de gás nas famílias. “Atiraram também contra a Polícia Rodoviária Federal”.

Segundo Maldos, havia um acordo entre os governos federal, estadual e municipal que estabelecia 15 dias de trégua para criar uma proposta para os moradores. Além disso, há uma decisão da Justiça Federal que suspende a reintegração de posse. “Houve uma agressão ao pacto federativo. Tínhamos esses dois acordos, que para mim era incompatível com aquela realidade de presença militar ostensiva”.

O governo de São Paulo e a Polícia Militar ainda não se manifestaram sobre a truculência da operação policial no Pinheirinho. Segundo Maldos, o governo federal permanece aberto ao diálogo e não vai mudar a forma de lidar com a situação.

Reportagem 5: “Jornal o ‘o Vale’ ataca dirigente do Pinheirinho”.⁷⁴

O jornal O Vale deixou em destaque no seu site durante esta quinta-feira, dia 19, uma matéria – de duvidosa qualidade jornalística inclusive – em que se esforça ao máximo para desmoralizar Valdir Martins, Marrom, a principal liderança do Pinheirinho. Com argumentos rasteiros, do tipo “tem casa própria, carro, e é remunerado mensalmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José” (sic), o jornal, por meio de insinuações, passa uma imagem oportunista do militante, tentando apanhar os desavisados.

Junto à matéria, uma enquete com a pergunta que beira o ridículo: “Você acha coerente o líder dos sem-teto ter casa própria?”. Até o momento, 53% acham que sim. Assim como esses 53%, nós também não entendemos onde está o problema em ter casa própria e lutar por moradia para o próximo.

⁷⁴ Candido, Luciana. Matéria publicada no portal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado no dia 22 de Fevereiro de 2012, acessado no dia 25 de novembro de 2012. Disponível em www.pstu.org.br.

Imaginamos que algumas das informações contidas na matéria sejam por ignorância e incompetência. No entanto, o conteúdo geral é essencialmente malicioso. O Vale joga informações que não explica a fundo, servindo, assim, para causar confusão. Acreditamos que isso é intencional. Durante os últimos dias, os repórteres do jornal estiveram dentro do bairro 24 horas por dia, acompanhando o cotidiano da comunidade. Eles sabem o que acontece por lá, inclusive sabem como é a relação dos moradores com Marrom.

Marrom mora fora do Pinheirinho sim. Isso não é segredo para ninguém dentro do bairro e não faz dele menos lutador. Marrom, assim como outros companheiros, é líder não por ter uma casa ou um carro. Ele é líder porque dedica a sua vida à luta, não só por moradia, mas por um mundo melhor, sem injustiças, onde todos tenham direito à moradia, à saúde, à educação, ao lazer e até a ter um carro. Ele é líder porque nunca enganou seus companheiros. É líder porque os moradores do Pinheirinho confiam nele e enxergam alguém que está disposto a morrer junto com eles, como demonstraram os últimos acontecimentos.

Com repugnante preconceito, o jornal insinua que Marrom deveria ser um miserável para poder ser um líder dos sem-teto. No Pinheirinho não há luxo, é verdade. Mas as pessoas que moram lá não são bichos, são uma gente muito digna e guerreira. Elas não passam fome, e algumas “até” têm carro. Lá dentro, para quem nunca viu, existem muitas casas de alvenaria e pequenos comércios. A diferença é que eles construíram suas casas com as próprias mãos e com o suor do seu trabalho, diferentemente do Sr. Naji Nahas, que vive de especulação, corrupção e exploração do trabalho alheio. Ou seja, é um parasita.

Os moradores do Pinheirinho, assim como qualquer povo pobre, não querem viver como bichos, que só precisam comer, dormir e trabalhar. Eles querem ser reconhecidos como aquilo que são de fato: pessoas. Eles querem e têm todo o direito ao lazer e a se vestir. Aliás, são muito mais humanos do que qualquer burguês.

Por que O Vale não questiona as propriedades de Naji Nahas e questiona as propriedades de um trabalhador? Por que não questiona o fato de Naji Nahas ser procurado em mais de 40 países? Por que não questiona a dívida milionária de impostos não pagos por Naji Nahas?

Uma segunda questão diz respeito à solidariedade de classe. Segundo o dicionário Michaelis, solidariedade é *“1 Qualidade de solidário. 2 Estado ou condição de duas ou mais pessoas que repartem entre si igualmente as responsabilidades de uma ação, empresa ou de um negócio, respondendo todas por uma e cada uma por todas. 3 Mutualidade de interesses e deveres. 4 Laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas dependentes umas das outras. 5 Dir Compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas pelas outras e cada uma delas por todas. 6 Sociol Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora. (...)”*.

O dono e o editor de O Vale, os burgueses em geral, o prefeito de São José dos Campos, os governantes e, principalmente, Naji Nahas pertencem à classe dos ricos, em que cada um precisa ser e ter mais que seu próximo, valendo-se, para isso, do trabalho alheio. A classe dos ricos só se une enquanto classe para prejudicar aqueles que compõem a outra classe, a dos trabalhadores. Mesmo assim, muitas vezes, essa unidade precisa ser comprada com propinas e tantos outros tipos de corrupção, como nos casos que assistimos a todo o tempo nos meios de comunicação. Aliás, o Sr. Naji Nahas é expert no tema.

Na classe trabalhadora, a história é diferente. Os metalúrgicos, os pedreiros, as empregadas domésticas, os trabalhadores do comércio, todos sentem na pele os mesmos problemas. Ritmo de trabalho infernal, ônibus lotado, fila no hospital, parcelas infindáveis das Casas Bahia... Eles só podem contar com suas próprias forças.

Por isso, nada mais natural do que os moradores do Pinheirinho irem às portas das fábricas para ajudar na campanha salarial dos metalúrgicos. Da mesma forma, os metalúrgicos cumprem sua obrigação com seus iguais ao se colocarem dentro do Pinheirinho para defender o bairro. É por isso, também, que Marrom, que é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, atua junto ao movimento por moradia. É também legítimo que os moradores do Pinheirinho e os metalúrgicos queiram fazer campanha para os candidatos do PSTU. Afinal, são eles que estão no dia-a-dia das fábricas e do Pinheirinho, e não os candidatos do PSDB e de outros partidos da burguesia. Isso é motivo de muito orgulho para nós.

Ainda se referindo ao PSTU, o jornal diz, insinuando uma relação oportunista do partido para com os moradores do Pinheirinho. *“Durante os protestos contrários à aprovação dos supersalários de R\$ 15 mil dos vereadores de São José, no ano passado, por exemplo, o PSTU, que contestava o reajuste, lotou o plenário da Câmara, semanalmente, com os invasores do Pinheirinho”*, diz o texto preconceituoso. O Vale pressupõe que os moradores do Pinheirinho não tenham consciência própria e não se organizem para as manifestações por conta de suas próprias convicções.

Aliás, o jornal parece esquecer que eles também são moradores de São José dos Campos e estão sob a legislatura da mesma Câmara Municipal. Se os militantes podem ir à câmara protestar, por que os moradores do Pinheirinho não poderiam? Para nós, do PSTU, não existe diferença alguma entre o povo do Pinheirinho e os nossos militantes, inclusive porque muitos deles moram lá. Ou seja, é seu pleno direito protestar contra esses vereadores.

Quanto à acusação de que ele recebe salário mesmo sendo demitido, é natural que O Vale não consiga compreender essa prática. Marrom foi demitido por causa de sua militância a favor dos trabalhadores da sua categoria. E os trabalhadores não abandonam os seus. Essa prática, comum nos sindicatos combativos, garante a existência daqueles que apostam suas vidas na luta e, por isso, perderam os meios para sobreviver.

Agora que já explicamos a O Vale como funciona a vida do lado de cá, cabe uma última observação. O jornal chama os moradores do Pinheirinho de “invasores”. Gostaríamos de informar que os mesmos só poderiam ser assim chamados caso o terreno ocupado já fosse habitado por outros. Assim sendo, eles são, oficialmente, “ocupantes”.

Em todos os aspectos, a matéria de O Vale não é apenas um ataque a Marrom ou ao PSTU. É um ataque a todo o povo do Pinheirinho. A realidade é apenas uma: ainda que indiretamente, O Vale joga do lado de posições preconceituosas, essencialmente xenófobas, contra os ocupantes do Pinheirinho.

Reportagem 5: “Horror no Pinheirinho: moradores acusam policiais por estupro e torturas”.⁷⁵

Aos poucos, histórias de horror e dos abusos praticados pela polícia na desocupação do Pinheirinho no último dia 22 veem surgindo à tona. Nesta sexta-feira, dia 3, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou em discurso no plenário que testemunhou denúncias de estupro por parte de policiais militares na ação de desocupação. O senador acompanhou o depoimento das vítimas ao Ministério Público do Estado de São Paulo, no último dia 1º.

No depoimento (veja abaixo o fac-símile), as vítimas disseram que na noite de 22 de janeiro, no início da desocupação, vários policiais militares entraram em uma casa do Pinheirinho de modo “abrupto e violento”, rendendo agressivamente um jovem de 17 anos e sua mulher, de 26 anos. Segundo o depoimento, havia seis pessoas na casa, inclusive um senhor de 87 anos.

A jovem de 26 anos foi rendida, isolada dos demais moradores da casa e estuprada durante quatro horas pelos policiais. No depoimento, ela afirma que *“durante o ataque foi retirada da casa e, segundo ela própria, mais uma vez seviciada no interior de uma viatura cinza, que identificou como sendo do grupamento Rota”*.

A Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) é a tropa da PM amplamente conhecida por seus inúmeros abusos contra a população pobre, além de outros assassinatos sem explicação realizados.

Os soldados da Rota, segundo o depoimento, também torturaram barbaramente o jovem de 17 anos que teria sido *“agredido fisicamente e psicologicamente”* e ameaçado pelos policiais de *“empalação com um cabo de vassoura untado de creme e pomada”*.

Além disso, os policiais *“comeram a comida da casa, danificaram diversos objetos que guarneciam o imóvel, além de terem levado pertences e dinheiro que nada teriam a ver com qualquer atividade ilícita”*.

Segundo o depoimento, *“ao final da seção de horrores, o policiais teriam elegido apenas os rapazes para autuação deixando o idoso e as moças na moradia”*,

⁷⁵ Da redação. Matéria publicada no portal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado no dia 22 de Fevereiro de 2012, acessado no dia 25 de novembro de 2012. Disponível em www.pstu.org.br.

ressaltando, porém, segundo as vítimas, *“ameaças de morte dos ficantes, em troca do silêncio”*.

A denúncia dos moradores é um tapa na cara do governo Alckmin (PSDB), do Prefeito Eduardo Cury, da PM e da “Justiça”, que tentavam passar a população a imagem de uma “desocupação ordeira e tranquila”. Entre os moradores, há inúmeros relatos de abusos cometidos pela polícia, que a grande imprensa tenta esconder. Mas aos poucos a verdade da criminosa operação vai surgindo em meio a nevoa de mentiras ventiladas pelo governo assassino de Geraldo Alckmin.

Reportagem 6: “A Mídia e o Pinheirinho”⁷⁶

Neste momento, a reintegração de posse do terreno do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP) já foi finalizada. As casas e barracos, assim como as igrejas, padarias e bares daquele bairro que abrigava 9 mil pessoas, já foram reduzidas a pó pelas retroescavadeiras da massa falida da Selecta. Foi o desfecho para o brutal despejo desencadeado por 1800 homens da Polícia Militar na manhã do dia 22 de janeiro.

Mas para a retaguarda da Tropa de Choque, os trabalhos estavam apenas começando. A chamada grande imprensa, com honrosas exceções, volta agora suas armas aos ex moradores e às lideranças da ocupação, em uma ação orquestrada de criminalização do movimento por moradia. Em uma linguagem macartista que faz lembrar a famigerada Doutrina de Segurança Nacional dos tempos da ditadura, setores da mídia culpam supostas lideranças ‘radicais’, em especial o PSTU, pela violência que marcou a operação de despejo.

Em editorial publicado no dia 26 de janeiro intitulado ‘Operação Pinheirinho’, o jornal Folha de S. Paulo faz uma incrível inversão dos fatos para atribuir ao partido a violência cometida contra os moradores. Segundo o jornal *‘à frente da ocupação - uma favela com cerca de 6.000 pessoas – encontravam-se militantes esquerdistas vinculados a organizações sindicais e ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o PSTU’*. Mais à frente, o editorialista sentencia: *‘não há dúvidas de que*

⁷⁶ Cruz, Diego. Matéria publicada no portal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado no dia 07 de Fevereiro de 2012, acessado no dia 25 de novembro de 2012. Disponível em www.pstu.org.br.

esses líderes desejavam o confronto. Não interessam ao PSTU soluções reais para as carências habitacionais dos pobres'.

Argumento semelhante foi utilizado pelo colunista Elio Gaspari no dia anterior. No artigo 'Pinheirinho a estratégia da tensão', o articulista acusa uma suposta 'intransigência' do movimento dos moradores do Pinheirinho em negociar a compra do terreno com os proprietários. Editorial do Estado de S. Paulo, o segundo maior jornal do estado, também acusa o PSTU de forma semelhante. Segundo o jornal, o PSTU "*que prega a substituição do Estado capitalista pelo marxismo revolucionário*" (sic) apostaria no confronto com a polícia como forma de obter vantagem política.

Ataques com o mesmo conteúdo foram reproduzidos em vários outros veículos país afora, tanto na mídia impressa quanto televisiva ou na Internet. O Jornal Nacional chegou a afirmar que existia uma 'Cracolândia' no Pinheirinho.

Os fatos sonogados:

Desde de seu início, em 2004, a ocupação do terreno que mais tarde viria a ser o Pinheirinho contou com o apoio incondicional do PSTU, assim como de outros movimentos sociais e sindicatos, principalmente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. E, desde aquele momento, a luta principal das centenas de famílias sem-teto foi a regularização do terreno e a desapropriação da área para a construção das moradias. Não o confronto com a polícia.

Inúmeras campanhas e atos públicos contra as sucessivas liminares de reintegração expedida pela Justiça foram organizados, assim como reuniões com a prefeitura, o governo do Estado e Federal, a fim de se chegar a uma solução para o caso. O que a imprensa não faz questão de informar é o fato de que, em meados de 2011, pouco antes de a juíza Márcia Loureiro ressuscitar uma liminar de seis anos antes e mandar a polícia despejar os moradores, as negociações para a regularização da área já estavam avançadas. Mas para certos jornais, isso não existiu. Centenas de famílias simplesmente brotaram da terra, 'invadiram' um terreno particular e agora resistiam a uma ordem da Justiça.

As imagens da pequena tropa improvisada com barris cortados, capacetes de motociclista e pedaços de pau rodaram o mundo. O que boa parte da imprensa chamou de 'incitação à violência' de radicais era, na verdade, a intenção legítima

dos moradores defenderem suas próprias casas, fruto de oito anos de trabalho. E para isso trabalhadores como pedreiros, carpinteiros, catadores de lixo e donas de casa se viram obrigados a se travestirem de verdadeiros guerreiros. Pinheirinho foi comparado a uma Sparta moderna ou uma Canudos do Século XXI. Mas essa imprensa não concebe a possibilidade de os trabalhadores se levantarem e defenderem seus direitos. Isso é “vandalismo”.

No fatídico dia da desocupação, os principais veículos de comunicação só chegaram ao local após a enorme repercussão que o caso começou a tomar nas redes sociais. A enorme e desesperada campanha da semana anterior contra a ordem de reintegração, posta em marcha pelo PSTU e diversos outros partidos como o PSOL e parlamentares do PT, assim como sindicatos e movimentos sociais, foi solenemente ignorada.

Até mesmo a imprensa internacional se assustou com o descaso da mídia tupiniquim ao massacre que se desenrolava em São José dos Campos. O britânico Guardian chegou a destacar em matéria sobre a desocupação que *‘durante todo o dia, a mídia corporativa do Brasil, que tem ligações históricas ao partido no poder, tanto em nível estadual e local, relatou a história em tons suaves manchetes destacando uma van incendiada enquanto relevava as casas das pessoas em chamas’*.

A censura seletiva da PM e da prefeitura:

Durante a ação de reintegração, enquanto a Polícia Militar cometia os mais diversos abusos contra os moradores, a imprensa era impedida de se aproximar do local onde ocorriam os confrontos. Ao não ser a TV Vanguarda, afiliada da Rede Globo no Vale do Paraíba. Com colete à prova de bala usada em situações de guerra, a repórter teve acesso exclusivo à ocupação no momento em que os policiais invadiam o terreno. As imagens trazem à mente os repórteres ‘embutidos’ (embedded) que ficaram polêmicos no Iraque ao atuarem como uma espécie de porta-voz dos marines direto do front.

Por incrível que pareça, tal censura em meio a uma verdadeira crise humanitária não causou maiores indignações à dita grande imprensa. Assim como a restrição imposta pela prefeitura para a entrada de repórteres nos precários abrigos públicos em que os moradores desalojados eram amontoados. Dias depois da desocupação,

a PM finalmente permitiu que os repórteres conferissem a situação no Pinheirinho. Mas devidamente acompanhados e proibidos de conversarem com os moradores, como fazem ditaduras em situações de conflito. E tudo parecia normal.

Os grandes jornais que se gabam de seu 'jornalismo investigativo', aliás, nem se deram ao trabalho de procurar saber como um terreno público que deu origem ao Pinheirinho foi grilado para depois parar nas mãos do megaespeculador Naji Nahas.

As redes sociais e da imprensa alternativa:

Se o crime cometido contra o Pinheirinho ganhou toda essa repercussão, causando uma comoção em todo o país e até fora dele, foi por causa das redes sociais e do trabalho de jornalistas independentes e ativistas solidários aos moradores. Imagens das agressões gratuitas da Polícia Militar só viraram notícias após serem amplamente divulgadas pela Internet. Foi através da cobertura alternativa aos grandes meios que os moradores puderam dar sua voz. Foram os ativistas que filmaram o momento em que, por exemplo, a PM atacava os próprios abrigos da prefeitura, transformados em verdadeiros campos de concentração.

As imagens e relatos divulgados pela rede desmoralizaram o comando da Polícia Militar, o prefeito Eduardo Cury e o próprio governador Geraldo Alckmin, em sua versão de que a reintegração de posse havia se dado de forma "pacífica". E foi através desses meios por fora do mainstream que se estabeleceu uma verdadeira rede de indignação e solidariedade aos moradores. Atos públicos foram organizados em várias regiões em uma velocidade recorde. Em poucas horas, Pinheirinho havia deixado de existir para se tornar um símbolo.

A reintegração do Pinheirinho deixa várias lições. Mostra de forma contundente uma Justiça e um governo comprometidos com a especulação imobiliária. Revela uma polícia brutal contra os pobres. E mostra uma imprensa monopolizada e financiada pelas grandes empreiteiras através de anúncios e para quem mobilização popular, resistência e partidos de esquerda ainda são sinônimos de crime e vandalismo.

PS: Não citamos a revista Veja pois procuramos nos deter nos exemplos de veículos jornalísticos

Reportagem 6: “Leilão do Pinheirinho é ilegal, diz advogado”.⁷⁷

Foi aberto nesta segunda-feira 3 o edital para o leilão do terreno do Pinheirinho, como ficou conhecida a área de 1,3 milhão de metros quadrados pertencente à massa falida da empresa Selecta, do ex-investidor Nagi Nahas, no município de São José dos Campos. No local viviam cerca de 9 mil pessoas, despejadas durante uma violenta reintegração de posse efetuada pela Polícia Militar e pela Guarda Civil em janeiro. Na época, as casas foram demolidas com tratores e as famílias, levadas a abrigos provisórios. De acordo com o edital do leilão, os interessados no imóvel - avaliado em 187,4 milhões de reais – podem apresentar lances até o dia 3 de outubro. Apesar disso, o leilão pode ser invalidado antes de o leiloeiro bater o martelo.

Segundo uma ação movida na 18ª Vara Cível de São José dos Campos, o processo de leilão do terreno é ilegal, pois o imóvel ainda está em litígio. O advogado Denis Pizzigati Ometo, defensor dos moradores, afirma que ainda não existe uma decisão definitiva da Justiça sobre o imóvel disputado pelo empresário Nagi Nahas e as famílias de moradores sem-teto que ocuparam durante anos a região do Pinheirinho.

“A reintegração de posse foi feita com base em uma liminar e não baseada em um julgamento”, explica Ometo. “Enquanto não houver uma decisão final sobre o direito de posse do terreno, o juiz não pode permitir a venda”, argumenta.

Por meio da venda, espera-se que sejam quitadas as dívidas acumuladas antes e depois da falência da Selecta. Entre os credores da antiga companhia de Nahas está a prefeitura de São José dos Campos, que espera receber 28 milhões de reais, sendo 17 milhões relativos aos débitos com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

De acordo com o edital, o leilão da venda do imóvel será presencial e acontecerá no dia 3 de outubro, às 14 horas, na capital paulista.

Contudo, para o advogado Denis Ometo, o negócio é de alto risco. “É importante avisar aos interessados na compra do terreno que há o risco de se perder dinheiro

⁷⁷ Pellegrin, Marcelo. Reportagem publicada no portal da revista Carta Capital, no dia 04 de Setembro de 2012. Acessada em 25 de novembro de 2012.

ao adquirir algo que não se sabe se poderá, de fato, ser seu”, adverte. Segundo ele, a Justiça pode decidir que o imóvel pertence às famílias de sem-teto. Caso isso aconteça, o dinheiro do leilão será devolvido apenas com as correções inflacionárias do período, o que pode significar um péssimo investimento.

Reintegração de posse:

Em janeiro deste ano, o processo de reintegração de posse da área resultou em confronto jurídico – por meio de liminares da Justiça Federal e Estadual que permitiam e negavam a reintegração – e físico, entre policiais militares e a guarda municipal contra centenas de moradores.

O processo de reintegração foi denunciado por entidades civis e ONGs à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Atualmente, tanto o processo de litígio do terreno quanto o processo por violação de Direitos Humanos não foram julgados pela Justiça.

6.2 Fotografias da desocupação do terreno do Pinheirinho.



Fotografia 1: Arquivo digital da CSP-CONLUTAS.
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br



Fotografia 2: Arquivo digital da CSP-CONLUTAS.
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br



Fotografia 3: Arquivo digital da CSP-CONLUTAS.
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br



Fotografia 4: Arquivo digital da CSP-CONLUTAS.
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br



Fotografia 5: Foto de Kit Gaion, disponível em www.ivanvalente.com.br
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012



Fotografia 6: Foto de Kit Gaion, disponível em www.ivanvalente.com.br
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012



Fotografia 7: Foto de Kit Gaion, disponível em www.ivanvalente.com.br
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012




Fotografia 8: Arquivo digital da CSP-CONLUTAS.
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br



Fotografia 9: Arquivo digital da CSP-CONLUTAS.
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br



Fotografia 10: Arquivo digital da CSP-CONLUTAS.
Acessado no dia 25 de Novembro de 2012, disponível em www.cspconlutas.org.br

 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

TERMO DE DECLARAÇÕES

Em 01 de fevereiro de 2012, no Gabinete da 10ª Promotoria de Justiça de São José dos Campos, na presença do Exmo. Sr. Dr. João Marcos Costa de Paiva, DD Promotor de Justiça, bem como o Exmo. Senhor Senador da República Eduardo Matarazzo Suplicy, da Senhora Valéria Amadio Beneton, e Senhora Joana Agata Moazzah, da Dra. Aparecida Maria Pereira, OAB/SP 230.313, compareceram as seguintes pessoas:

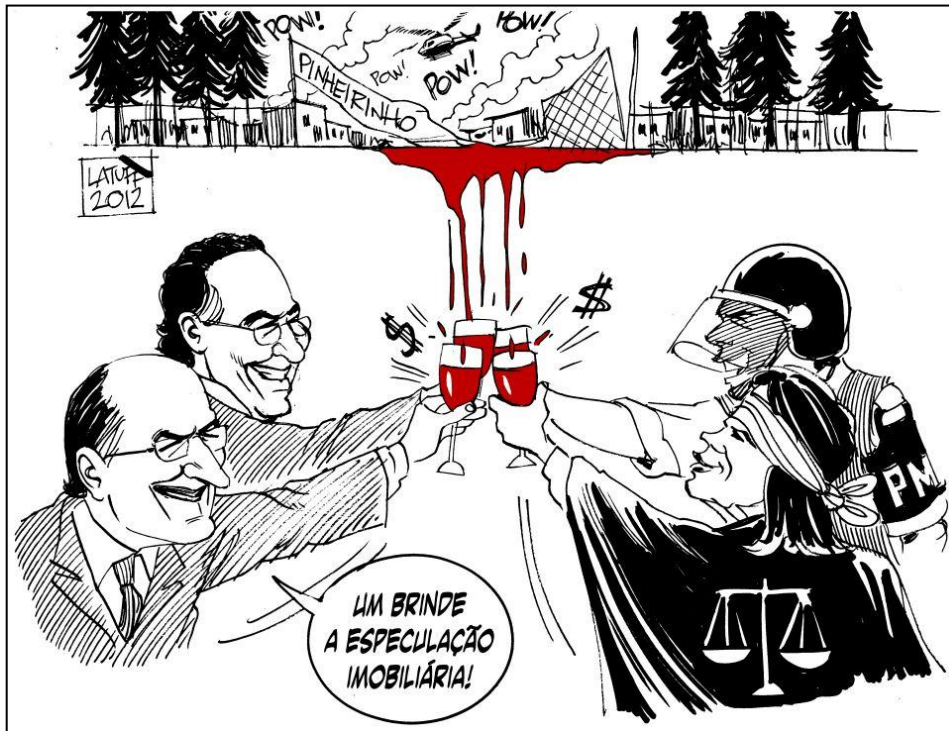
[Redacted names] que declararam o seguinte:

"Na noite do dia 22 de janeiro último, encontraram-se na moradia situada na Rua 15, n. 102, [Redacted] além de [Redacted]. Escurram todos no segundo andar do imóvel, prontos a comerem uma pizza. Antes mesmo que isso acontecesse, quando [Redacted] estava no piso inferior da casa, percebeu-se a chegada no imóvel, de diversos policiais militares. Não é verdade que algum dos moradores estivesse na rua. Eles entraram no imóvel de modo abrupto, de modo violento, rendendo [Redacted] sobre agressões, segurando [Redacted] pelo pescoço e a arrastando pelo pescoço. Logo depois, renderam [Redacted] subjugando-a, agarrando-a pela trança do cabelo. [Redacted] e [Redacted] não tiveram mais contato pessoal com os demais ocupantes da casa. [Redacted] ainda permaneceu com os demais ocupantes até ser também isolada. [Redacted] relatou que por cerca de quatro horas, sofreu diversos modos de sevícia por parte dos policiais que ali ingressaram. Relatou abuso sexual (sexo oral, agressividade física como empurrões, agressões com coronha de arma de fogo e toda ordem de violência física, afora afirmações de conteúdo irônico e terror psicológico). Do mesmo modo, [Redacted] relatou haver sido submetida a abuso sexual (sexo oral e apalpação vaginal e dos seios), afora violência física consistente em empurrões, safanões e coisas congêneres, além de violência psicológica, geralmente apoiada em assertivas relativas a má fama do Grupamento ROTA. Ambas presenciaram o adolescente [Redacted] ser severamente agredido, tanto quanto fisicamente quanto psicologicamente, ameaçando-o de empalpação com um cabo de vassoura untado de creme e pomada. [Redacted] mencionou que, durante a investida, ficou segregado pelos policiais em seu próprio quarto sempre sob a portaria de arma de fogo. Informaram que [Redacted], durante o ataque, foi retirada da casa e, segundo ela própria, mais uma vez seviciada no interior de uma viatura cinza, que identificou como sendo do Grupamento ROTA. Ambas mencionaram que, no decorrer dos fatos, puderam identificar cerca uma dúzia de policiais todos ostensivamente identificados como componentes do Grupamento ROTA. [Redacted] em certo momento do ocorrido, presenciou os policiais agredindo fisicamente [Redacted] especialmente com chutes e pisões. [Redacted] mencionou que, retornando da igreja, chegou em sua casa e foi impedida de ingressar em seu lar pelos policiais acima referidos. O Sr. [Redacted] relatou que na madrugada dos fatos deparou-se com sua filha [Redacted] completamente atônita, ressaltando que imaginou que tal fato devesse a prisão de [Redacted]. Afirmou que no dia seguinte vendo um ferimento na perna de [Redacted] acabou descobrindo o que havia se passado. [Redacted] revelou que, durante a madrugada (por volta de 3h), foi até a casa de [Redacted] para buscar sua bicicleta. Percebeu grande movimentação policial no local, relatando [Redacted] por ser região frequentemente palco de tráfico de drogas, entendeu por bem dobrar o local e ir para casa. Não imaginou o que poderia estar se passando na casa de [Redacted]. Ao final da sessão de horrores, os policiais teriam elegido apenas os rapazes para autuação, deixando o idoso (87 anos) e as moças na moradia, ressaltando que levariam apenas os rapazes, isto sob chingamentos e ameaça de morte dos fiantes, em troca do silêncio. Afirmaram que foram identificadas por policiais por fotografias tiradas durante os ataques.

EM Suplicy

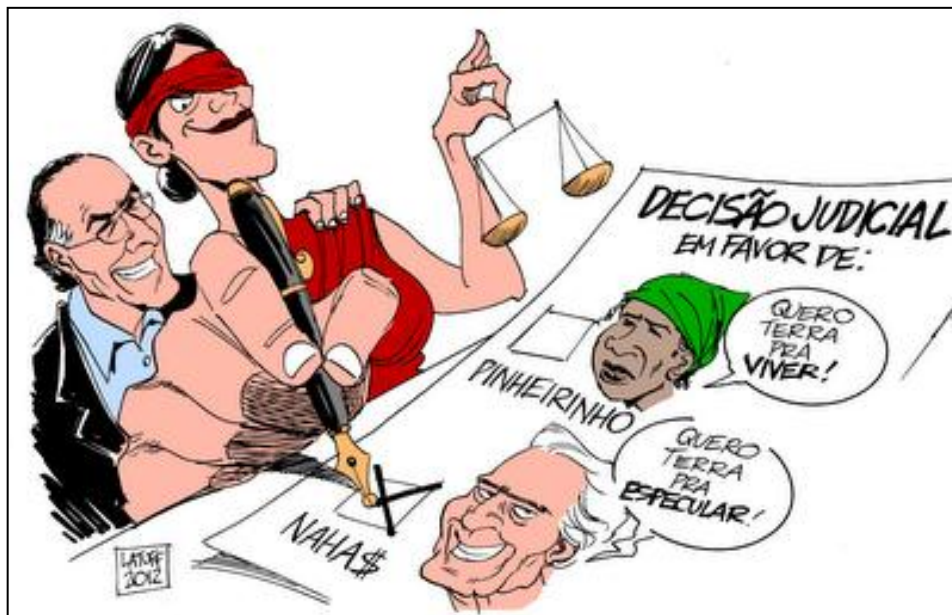
Fotografia 11: Denúncia protocolada no Ministério Público de São José dos Campos por um ex morador do Pinheirinho, cujo identidade foi preservada, no dia 22 de janeiro de 2012 (dia da desocupação), denunciando os abusos da força policial durante a reintegração de posse. Disponível em www.pstu.org.br, acessado em 25 de Novembro de 2012.

6.3 CHARGES, DESENHOS E PANFLETOS



Charge 1: Desenho do cartunista mundialmente conhecido Carlos Lattuf

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, dia 27 de janeiro de 2012



Charge 2: Desenho do cartunista mundialmente conhecido Carlos Lattuf

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, dia 29 de janeiro de 2012



Charge 3: Desenho do cartunista mundialmente conhecido Carlos Lattuf
Fonte: Jornal Folha de São Paulo, dia 03 de fevereiro de 2012



Charge 4: Desenho do cartunista Bruno.
Fonte: www.chargesdobruno.blogspot.com, acessado no dia 25 de Novembro de 2012

**NÃO AO MASSACRE DO PSDB
AO POVO DO PINHEIRINHO**

ATO DE REPÚDIO AOS GOVERNOS DO PSDB
E SOLIDARIEDADE A COMUNIDADE DO PINHEIRINHO/SJC

NA ESQUINA DEMOCRÁTICA

23/1 ÀS 12H

RESISTÊNCIA URBANA!
#PINHEIRINHO

CPERS, CSP - CONLUTAS, INTERSINDICAL, VEREADOR PEDRO RUAS - PRESIDENTE DO PSOL/RS E MANDATO DA VEREADORA FERNANDA MELCHIONI/PSOL, SINDICAIXA, SINDPPOL/RS, SIMPA, SINTECT/RS, DCE-UFRGS, ANEL, GRÊMIO DO JULINHO, UESC, SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SANTA CRUZ, SINDICATO DOS MUNICIPAIS DE SANTA CRUZ, SINDICATO DOS VIGILANTES DE SANTA CRUZ, FRENTE NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, QUILOMBO DOS SILVA, QUILOMBO DO FIDELIX, QUILOMBO DA PEDRA DO SALURJ, QUILOMBO TEODORO E VENTURA/MG, MNURS, REGINALDO BISPO- SECRETÁRIO GERAL DO MNU NACIONAL, MNU - AUTÔNOMO, INDEPENDENTE E DE LUTA, COLETIVO JUNTOS, MOVIMENTO CONTESTAÇÃO, COLETIVO VAMOS À LUTA, COLETIVO BARRICADAS ABREM CAMINHOS, PSTU, CS, PSOL, CEDS E MR.

Panfleto 1: Convocatória de diversas organizações sindicais e políticas, assim como mandatos parlamentares para se somarem à luta de resistência do Pinheirinho. Disponível em www.cspconlutas.org.br, acessado em 25 de Novembro de 2012.